



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

BRUNA DEL GIUDICE MACHADO GODINHO

**POSICIONAMENTOS SKINNERIANOS QUANTO AO USO
DO CONTROLE AVERSIVO PELAS AGÊNCIAS DE
CONTROLE**

Londrina
2011

BRUNA DEL GIUDICE MACHADO GODINHO

**POSICIONAMENTOS SKINNERIANOS QUANTO AO USO
DO CONTROLE AVERSIVO PELAS AGÊNCIAS DE
CONTROLE**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento. Pesquisa financiada parcialmente pela CAPES.

Orientadora: Profa. Dra. Maura Alves Nunes
Gongora

Londrina
2011

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

G585p Godinho, Bruna Del Giudice Machado.
Posicionamento skinnerianos quanto ao uso do controle aversivo pelas
agências de controle / Bruna Del Giudice Machado Godinho. – Londrina,
2011.
84 f.

Orientador: Maura Alves Nunes Gongora.
Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade
Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-
Graduação em Análise do Comportamento, 2011.
Inclui bibliografia.

1. Skinner, B. F. (Burhus Frederic), 1904-1990 – Teses. 2. Controle aversivo
(Psicologia) – Teses. 3. Punição (Psicologia) – Teses. 4. Behaviorismo (Psicologia)
– Teses. I. Gongora, Maura Alves Nunes. II. Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do
Comportamento. III. Título.

CDU 159.9.019.43

BRUNA DEL GIUDICE MACHADO GODINHO

**POSICIONAMENTOS SKINNERIANOS QUANTO AO USO DO
CONTROLE AVERSIVO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Análise do
Comportamento.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora Profa Dra. Maura Alves Nunes Gongora
UEL – Londrina - PR

Profa. Dra. Márcia Cristina Caserta Gon
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. José Antônio Damasio Abib
UFSCAR – São Carlos - SP

Londrina, 11 de novembro de 2011.

*À minha orientadora Maura,
por sua dedicação e carinho.*

AGRADECIMENTOS

Para mim essa parte foi a mais importante de todo este trabalho. O exercício de recordar todo o processo de produção e as pessoas que fizeram parte dele foi mais do que prazeroso. Espero que o leitor tenha paciência comigo, pois não quero poupar palavras para agradecer as pessoas que proporcionaram a realização deste sonho. Quem me conhece sabe... *O mestrado sempre foi um sonho que eu gostaria de realizar!*

Antes mesmo de entrar no mestrado, tive a possibilidade de, na vida acadêmica, ter ao meu lado pessoas que acreditaram em mim até mesmo quando eu já não acreditava, não é Marcos? Professores como Luciana Gusmão, João Juliani e, principalmente, Marcos Garcia foram essenciais para que um dia eu pudesse pensar que algo dessa proporção seria realizado.

Agradeço também a todos os professores do programa pela dedicação e paciência que tiveram comigo. Ao Jonas por estar sempre disposto em ajudar. Ao Caê, à Silvia e ao Célio por respeitarem as diferenças do meu tipo de pesquisa e proporcionarem meu contato com o Lopes e a Carolina.

Aos professores Lopes e Carolina: agradeço por terem participado com tanto entusiasmo desse processo, por clarificarem tanta coisa, por me mostrarem que estava no caminho.

À professora Márcia, agradeço por seu jeito de ser, sua ética, sua calma e seus incentivos, que levarei comigo por toda minha vida. Um exemplo que tenho prazer em seguir.

Ao professor Abib agradeço por aceitar nosso convite para compor minha banca. É impossível mensurar sua importância na minha formação como behaviorista radical. Minha paixão por filosofia se concretizou em uma aula que assisti na especialização. Muito obrigada! É uma honra saber que o professor está lendo essas palavras.

Agradeço a minha orientadora Maura. Desde a primeira vez que conversamos, deixei claro que queria fazer o mestrado com ela. Sempre a admirei e, ao passar desses três anos, minha admiração só aumentou. Obrigada por todos os papéis que desempenhou tão bem nesse período. Foi orientadora, foi amiga, foi professora, até mãe, não é? Digo isso porque, assim como na minha casa, com meus pais, em alguns momentos não entendi algumas posições suas, mas, passada a “tempestade”, entendia suas intenções. A paciência que ela teve comigo não dá para mensurar. Maura: muito obrigada por sempre me respeitar e aceitar desenvolver este tema comigo. *Você é incrível!*

Agradeço a turma de 2009 por tornar as aulas mais prazerosas. Obrigada pelas idas ao Beco, por estarem presentes no meu casamento, entre outras coisas. Senti que poderia contar com vocês nesse tempo e sei que foi verdadeiro.

Agradeço ao Robson, que já brinquei algumas vezes que precisaria de uma seção só para agradecê-lo. Tenho total consciência de que este trabalho não estaria como está se ele não tivesse me ajudado. Agradeço pela sinceridade, pela companhia e pela dedicação como amigo. Me esforçarei sempre para ser com você o que você é comigo.

Agradeço à melhor aquisição que eu tive neste mestrado... *Minha amiga, Grazi!* Amiga, minha vida seria, no mínimo, muito mais sem graça e difícil sem sua presença nela. Como diria Vinicius: “*a vida é a arte dos encontros embora haja tantos desencontros pela vida*”. Que encontro bom!

Agradeço a amizade e paciência dos meus amigos que sempre me ouviram com o maior entusiasmo possível. Jeff, Pati, Clari, Mari, João, Carla, Luiza... Obrigada por serem companheiros e entenderem quando não pude estar presente.

Agradeço a Mana por ter se tornado uma psicóloga, (e mais) analista do comportamento de tanto me ouvir. Vocês acreditam que ela sabe explicar minha pesquisa? Amiga... Mais uma que passamos juntas... Quem diria!

Agradeço a Cris por me considerar e me tratar como irmã. Cris, você foi a minha melhor aquisição da faculdade. Ao tentar lhe agradecer vem um filme gigante na minha cabeça de todas as vezes que rimos, choramos, discutimos... E digo... *Quero mais!* Obrigada por ser companheira de clínica, de abordagem, de tudo!

Aos melhores pais do mundo: como vou agradecer 30 anos de carinho, dedicação, limites, estudo, compreensão? Acho que nunca vou conseguir expressar minha admiração por vocês de uma maneira justa. A cada ano que passa, percebo mais coisas que vocês fizeram para que eu estivesse aqui hoje. Obrigada por me amarem acima de qualquer coisa e me colocarem acima dos seus desejos, das suas vontades. Por se sacrificarem para que eu tivesse o melhor estudo, sempre. Pai, sem seu apoio emocional e financeiro não teria conseguido fazer o mestrado. Mãe, sem sua força e seu exemplo não teria tido garra para continuar nele.

Agradeço a Tata por ser do jeitinho que ela é. Por ver em mim qualidades que nem mesmo eu vejo. Por mostrar que sente orgulho de cada passo que eu dou. Minha irmãzinha, tem muitas coisas que fiz e consegui com o objetivo de conquistar sua admiração. Sem você acho que não teria metade da força que tenho hoje. Te agradeço por conseguir me

ensinar. Com você aprendi a dividir, a amar e a cuidar. Tenho muito orgulho de dizer que você é minha irmã!

Por fim (e não menos importante), agradeço ao meu marido por tentar e conseguir ser o melhor marido do mundo sempre. Meu amor, te agradeço por ter cuidado de mim para que eu pudesse estudar. Por ter ouvido meus choros, por ter suportado meus surtos, por ter rido comigo, por ter estudado comigo, por ter dado palpites, por confiar em mim, por dizer incessantemente que sente orgulho de mim. Agradeço mais ainda por ser um homem honesto, inteligente e determinado. Suas qualidades me tornam uma pessoa melhor. Sem você não teria conseguido.

(Agradeço a Lolla (risos)... Por estar aos meus pés enquanto escrevo estas palavras!).

GODINHO, Bruna D. G. M.. **Posicionamentos skinnerianos quanto ao uso do controle aversivo pelas agências de controle**. 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

O campo de estudo, denominado *controle aversivo*, é constituído pelas contingências de reforçamento negativo e de punição positiva e negativa. O uso do controle aversivo tem sido alvo de muitas críticas dentro da comunidade científica. As críticas às contingências aversivas, normalmente, são dirigidas aos subprodutos emocionais que se mostram prejudiciais às pessoas controladas e ao poder positivamente reforçador que essas contingências exercem sobre os controladores. Por isso, Skinner normalmente recomenda o “controle intencional” de pessoas por meio de contingências de reforço positivo. A justificativa do autor para tal recomendação se baseia no fato de que esse tipo de contingência, em geral, não acarreta subprodutos desfavoráveis ao controlado. O controle intencional de grupos é comum e tratado por Skinner como necessário quando se trata de cultura e sobrevivência cultural. As agências de controle, por ele analisadas (governo, religião, educação, economia e psicoterapia), envolvem um tipo de controle das pessoas mais poderoso do que o controle face a face, visto que manipulam conjuntos particulares de variáveis, operando assim com maior sucesso. Os objetivos dessas agências normalmente envolvem o estabelecimento e manutenção de práticas culturais que beneficiem a cultura e ao grupo como um todo. Como Skinner normalmente é conhecido tanto por defender posições desfavoráveis ao uso do controle aversivo quanto por defender posições favoráveis ao controle de grupos para benefício cultural, segue a seguinte pergunta: Skinner, quando trata do controle realizado pelas agências de controle [um tipo de prática cultural], mostra-se favorável ao uso de algum tipo de controle aversivo? Se o faz, em que situações isso ocorreria? Para responder a essas perguntas foi conduzida uma pesquisa teórico-conceitual, dividida em três passos: o primeiro consistiu de uma seleção de textos skinnerianos em que o autor apresentava conceitos e posicionamentos sobre controle aversivo e agências de controle; o segundo consistiu da leitura e transcrição das informações levantadas e o terceiro consistiu da organização das informações obtidas (resultados) em quatro temas: (1) descrições skinnerianas sobre o uso do controle aversivo pelas agências de controle, (2) posicionamentos de Skinner a favor do uso do controle aversivo pelas agências de controle, (3) controle aversivo e controle ético, e (4) efeitos ineficazes e eficazes do uso do controle aversivo quando utilizado pelas agências de controle. Entre os resultados encontrados, destacam-se algumas posições skinnerianas favoráveis ao uso do controle aversivo pelas agências de controle, em situações específicas. As situações específicas, em geral, são aquelas nas quais esse tipo de controle se mostrou útil para a sobrevivência da cultura. Procedimentos para a aquisição e manutenção do comportamento de autocontrole e para o controle ético, por exemplo, são recomendados por Skinner e incluem o uso de contingências aversivas. Todavia, não se pode afirmar que o autor é, então, absolutamente favorável ou contrário ao uso do controle aversivo pelas agências de controle. Mesmo no contexto dessas agências, suas posições, a respeito do uso do controle aversivo, são variadas e precisam ser compreendidas em suas justificativas particulares para cada situação por ele analisada.

Palavras-chave: B. F. Skinner. Controle aversivo. Agências de controle. Cultura.

GODINHO, Bruna D. G. M. (2011). **Skinnerian positions on the use of aversive control by control agencies**. 2011. 84 f. Dissertation (Master's degree, in Behavior Analysis) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

The field of study called aversive control consists of the contingencies of negative reinforcement and positive punishment and negative. The use of aversive control has been the target of much criticism within the scientific community. The implications of aversive contingencies are usually related to emotional byproducts that prove harmful to persons controlled, and the fact that the use of these contingencies is almost always a positive reinforcer to controllers. Therefore, Skinner usually recommends a "intentional control" of people through positive reinforcement contingencies. The author's justification for this recommendation is based on the fact that this type of contingency, in general, does not lead to unfavorable byproducts controlled. Intentional control and treated groups is common by Skinner as necessary when it comes to culture and cultural survival. The control agencies examined by him (the government, religion, education, economy and psychotherapy), involve a kind of control of people more powerful than the control face to face, since manipulate particular sets of operating variables, so the most successful. The goals of these agencies typically involve the establishment and maintenance of cultural practices that benefit the culture and the group as a whole. As Skinner is usually known as much for unfavorable positions to defend the use of aversive control and defend positions in favor of the control groups for cultural benefit, the following question: Skinner, when the control is carried out by control agencies [a kind of cultural practice], is in favor the use of aversive control? If it does, under what circumstances this would occur? To answer these questions we conducted a theoretical and conceptual research divided into three steps: the first consisted of a selection of Skinner's writings in which the author presented concepts and positions on aversive control and control agencies, and the second consisted of reading and transcription of information gathered and the third consisted of the organization of the information obtained (results) on four themes: (1) descriptions Skinner on the use of aversive control by control agencies, (2) Skinner's positions in favor of the use of aversive control by control agencies; (3) aversive control and ethical control, (4) effects of the ineffective and effective use of aversive control when used by regulatory agencies. Among the results shows some of Skinner's positions favorable to the use of aversive control by control agencies, in specific situations. The specific situations, in general, are those in which this type of control has proved useful for the survival of culture. Procedures for the acquisition and maintenance of the behavior of self-control and ethical, for example, are recommended by Skinner and include the use of aversive contingencies. However, we can not say that the author is, then, for or against the use of aversive control by control agencies. Even within these agencies, their positions regarding the use of aversive control are varied and need to be understood in its justification for each particular situation examined by him.

Keywords: B. F. Skinner. Aversive control. Control agencies. Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CONTROLE AVERSIVO	13
CONTINGÊNCIAS DE REFORÇO NEGATIVO	14
CONTINGÊNCIAS DE PUNIÇÃO.....	16
SUBPRODUTOS DOS PROCEDIMENTOS AVERSIVOS.....	17
O Efeito de Eliciar um Comportamento Incompatível.....	18
O Efeito de se Engajar em Outros Comportamentos.....	19
Contracontrole	19
AGÊNCIAS DE CONTROLE	20
CONCEPÇÃO SKINNERIANA DE CULTURA	20
A RELEVÂNCIA DA SOBREVIVÊNCIA CULTURAL NA TEORIA SKINNERIANA.....	23
PLANEJAMENTO CULTURAL	25
CONTROLE ÉTICO.....	30
AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DO REPERTÓRIO DE AUTOCONTROLE	31
PROBLEMA DE PESQUISA	33
MÉTODO	35
RESULTADOS	36
DESCRIÇÕES SKINNERIANAS DO USO DO CONTROLE AVERSIVO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE	37
O USO DO REFORÇO NEGATIVO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE	37
O USO DE PUNIÇÃO NEGATIVA PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE	39
O USO DE PUNIÇÃO POSITIVA PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE	40
POSICIONAMENTOS DE SKINNER FAVORÁVEIS AO USO DO CONTROLE AVERSIVO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE	42

CONTROLE AVERSIVO E CONTROLE ÉTICO.....	47
EFEITOS INEFICAZES E EFICAZES DO CONTROLE AVERSIVO QUANDO UTILIZADOS PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE.....	52
EFEITOS INEFICAZES DO CONTROLE AVERSIVO QUANDO UTILIZADO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE: UM EXEMPLO NA EDUCAÇÃO.....	52
EFEITOS EFICAZES DO CONTROLE AVERSIVO QUANDO UTILIZADO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE.....	54
DISCUSSÃO	56
A SOBREVIVÊNCIA CULTURAL COMO JUSTIFICATIVA SKINNERIANA PARA A UTILIZAÇÃO DO CONTROLE AVERSIVO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE.....	57
O QUE TORNA QUESTIONÁVEL O USO DO CONTROLE AVERSIVO PARA SKINNER.....	61
CONDIÇÕES NAS QUAIS O USO DO CONTROLE AVERSIVO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE É ACEITO OU RECOMENDADO POR SKINNER.....	63
QUANDO O COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO FOR AMEAÇADOR À SUA SOBREVIVÊNCIA.	64
QUANDO OBJETIVA A AQUISIÇÃO DE UM REPERTÓRIO (OU HABILIDADES) QUE FAVOREÇA A CULTURA	64
QUANDO OBJETIVA A AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DO COMPORTAMENTO ÉTICO	66
PARA A AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DO REPERTÓRIO DE AUTOCONTROLE	68
QUANDO OBJETIVA A CONSTRUÇÃO DE DISPOSIÇÕES EMOCIONAIS FAVORÁVEIS À CULTURA.....	68
ALGUMAS QUESTÕES PARTICULARES À PUNIÇÃO	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74

REFERÊNCIAS	76
ANEXO	79
Anexo A – Entrevista dada por B. F. Skinner (1988)	80
APÊNDICE	82
Apêndice A – Referências de Textos de Skinner Referentes ao Controle Aversivo.....	83
Apêndice B – Referências de Textos de Skinner Referentes às Agências de Controle	84

INTRODUÇÃO

O uso do termo controle tem sido comum por analistas do comportamento. Sendo assim, parece importante, para a presente pesquisa, apontar pelo menos dois dos seus usos, conforme a perspectiva behaviorista radical. O primeiro uso da palavra controle por Skinner (1953/2000) se dá com a ideia de que a ciência visa controle. Gongora e Abib (2001) pontuam que este conceito, na concepção de ciência da filosofia Behaviorista Radical, é entendido como a possibilidade de se intervir para alterar a probabilidade do comportamento. É a noção de que ciência do comportamento visa, além de previsão, o controle do comportamento para benefício de uma cultura. Essa concepção será importante neste estudo para uma conceituação posterior de agências de controle e de planejamento cultural.

Outro uso da palavra controle por Skinner (1974) se dá em relação à noção de que uma análise científica do comportamento deve partir da suposição de que uma explicação acerca do comportamento não é útil, analisando-se um agente criador ou iniciador interno. Segundo esse autor, as pessoas se comportam sob o controle de variáveis específicas de sua história genética e ambiental. Essa abordagem tem sido alvo de diversas críticas pelas teorias psicológicas tradicionais. Para o autor, o que seria objeto de estudo da Psicologia, na perspectiva de uma ciência do comportamento, seria o comportamento controlado¹ por variáveis da história de reforçamento do indivíduo e pelas contingências atuais. Ou seja, o controle do comportamento é visto por ele como “a restrição imposta através de contingências de reforçamento” (Skinner, 1971/1977, p. 49). De acordo com esse pressuposto, o controle do comportamento será exercido pelas contingências de reforçamento com ou sem a intenção de um controlador.

No estudo do controle do comportamento, são quatro as relações de contingências básicas encontradas na literatura: (a) contingências de reforço positivo, (b) de reforço negativo, (c) de punição positiva e (d) de punição negativa. Essas relações de contingência são, frequentemente, encontradas nas seguintes agências de controle analisadas por Skinner (1953/2000): *educação, economia, psicoterapia, governo e religião*. Visto que a presente pesquisa trata das posições de B. F. Skinner acerca do uso de controle aversivo pelas agências de controle, serão tratados a seguir os principais conceitos relativos a estes dois temas (controle aversivo e agências de controle).

¹ O autor propõe uma visão determinista de explicação do comportamento, em contra partida ao livre arbítrio. Esse é um tema polêmico que, no entanto, não será aprofundado neste estudo por não parecer essencial para a discussão proposta aqui.

CONTROLE AVERSIVO

Como o tema “controle aversivo” é complexo em seus aspectos conceituais e terminológicos, cabem aqui alguns esclarecimentos prévios. A expressão “controle aversivo” tem sido utilizada nos manuais de Análise do Comportamento para especificar uma “área de estudo” constituída pelas contingências de reforço negativo (de fuga e de esquiva) e de punição (positiva e negativa) (Catania, 1999; Millenson, 1975; Sidman, 1989/2005). É assim que os analistas do comportamento, como Catania, Millenson Sidman e outros contemporâneos que os seguem, em geral, utilizam a expressão “controle aversivo” (tanto para se referir a essa área de estudo como um todo, como para se referir a qualquer uma das contingências que a constituem). Ressalte-se, no entanto, que tanto essa terminologia do “controle aversivo” como área de estudo, quanto a terminologia que classifica a punição em “positiva e negativa” não são originárias de Skinner, ele não as utiliza.

Neste estudo, cujo foco são posições skinnerianas a respeito das contingências aversivas quando utilizadas pelas agências de controle, decidiu-se adotar essa terminologia para facilitar a discussão com os demais autores que, em geral, a utilizam. Com base nisso, as definições de cada uma das contingências “aversivas”, conforme concebidas por Skinner, serão abordadas a seguir.

CONTINGÊNCIAS DE REFORÇO NEGATIVO

As contingências de reforço negativo são caracterizadas pela retirada de uma estimulação aversiva contingente a uma resposta do indivíduo, aumentando a probabilidade de respostas semelhantes voltarem a ocorrer em situações futuras similares (Skinner, 1953/2000).

Os estímulos aversivos são, frequentemente, tratados como aqueles que ameaçam de alguma forma o bem estar do indivíduo, geralmente, considerados desagradáveis ou irritantes. Entretanto, como estímulos, adquire propriedades aversivas por meio do condicionamento clássico e isto depende da história particular de cada indivíduo. Skinner (1953/2000) defende que o critério para se definir um estímulo como aversivo seja funcional. Isto quer dizer que tal definição deve ser empírica. Ou seja, para se determinar se um determinado estímulo é aversivo a um determinado indivíduo, é preciso expor o indivíduo ao estímulo e verificar se as respostas por ele emitidas, que removem o estímulo, são

fortalecidas. Assim, um estímulo é considerado aversivo quando sua remoção for reforçadora e não por suas propriedades físicas. Note-se que o “teste empírico” para se determinar se um estímulo é aversivo é o procedimento de reforço negativo. Os estímulos que se mostram aversivos nesse teste são considerados por Skinner como potenciais “reforçadores negativos”.

A utilização de estimulação aversiva acontece, em grande escala, tanto na sociedade quanto em laboratórios, pois, de acordo com Skinner (1953/2000), o resultado de seu uso se apresenta imediatamente, a partir do condicionamento de estímulos neutros. Estímulos neutros tornam-se estímulos aversivos condicionados em situações nas quais há um emparelhamento entre estímulos aversivos incondicionados e estímulos neutros. Um estímulo neutro que precede um estímulo aversivo incondicionado torna-se um estímulo aversivo condicionado em situações semelhantes no futuro. Assim, o uso de estímulo aversivo, não só incondicionado, mas também condicionado, constitui um modo de controle imediato e efetivo de comportamento.

Referindo-se às contingências de reforçamento negativo como forma de controle comportamental, Skinner (1953/2000) acrescenta que, após o processo de condicionamento dos estímulos aversivos (que pode ampliar indefinidamente o número de estímulos aversivos disponíveis ao controlador), o reforçamento negativo se torna uma técnica de controle imediato nas relações humanas. Ou seja, para o autor, os estímulos aversivos condicionados podem ser apresentados, de forma planejada, para agir como estímulos discriminativos e preparar o organismo para ocasiões em que a estimulação aversiva poderá ocorrer.

Estímulos neutros se tornam estímulos aversivos condicionados quando acompanham ou precedem uma estimulação aversiva. Skinner (1953/2000) exemplifica o processo acima com uma situação na qual fugimos de uma pessoa que julgamos inconveniente, mesmo quando ela não o está sendo. A presença da pessoa se tornou um estímulo aversivo condicionado que, provavelmente, precede a situação de a pessoa ser inconveniente. O processo de condicionamento mostra-se bastante útil para as agências de controle. As agências podem planejar a apresentação de estímulos aversivos condicionados ou preparar o organismo para esquivar-se sempre que eles ocorram. Não é necessário que os indivíduos entrem em contato com a estimulação aversiva primária (i.e., incondicionada), pois apenas com a apresentação de estímulos aversivos condicionados a probabilidade da resposta é alterada (Skinner, 1953/2000).

Segundo Skinner (1953/2000), os comportamentos que são reforçados, quando seguidos pela remoção dos estímulos aversivos (também denominados estímulos reforçadores negativos), podem ser de dois tipos: (a) comportamento de esquiva e (b) comportamento de fuga.

A esquiva é definida por Skinner (1953/2000) como sendo uma resposta contingente à apresentação de uma estimulação aversiva condicionada. Tratando-se desta contingência, a condição aversiva incondicionada não afeta diretamente o organismo, pois ela não chega a ocorrer. O comportamento é controlado pela presença de estímulos aversivos condicionados, os quais, de acordo com a história de condicionamento respondente do indivíduo, indicam que uma estimulação aversiva pode acontecer a qualquer momento. Como no exemplo dado pelo autor em que o som da broca de um dentista precede a estimulação dolorosa, há diversas respostas que podem ser emitidas pelo indivíduo e prevenir a ocorrência ou reduzir a magnitude do estímulo aversivo que está por vir.

Skinner (1953/2000) chama a atenção, ainda, para situações em que respostas de esquiva são emitidas com alta frequência, o que resulta na não apresentação ou ocorrência da estimulação aversiva primária, tornando o condicionamento aversivo progressivamente mais fraco. Assim, a probabilidade do estímulo aversivo (i.e., reforçador negativo primário) voltar a ocorrer é aumentada, visto que o comportamento de esquivar-se dele não é mais reforçado e, portanto, vai deixando de ser emitido. Um exemplo seria um indivíduo que teve fortes dores estomacais, sempre que comeu determinado alimento, passar a esquivar-se da dor não o comendo mais. Após uma quantidade de tempo ter se passado, esse indivíduo, não tendo mais a presença de dores estomacais (estimulação aversiva primária), poderia, aos poucos, ir voltando a comer o determinado alimento (enfraquecimento da resposta de esquiva) e, com isso, voltar a sentir as tais dores.

Outra resposta que pode ocorrer sob o controle da apresentação de estimulação aversiva é a resposta de fuga. Nesta relação de contingência, a estimulação aversiva é apresentada e o indivíduo se comporta a fim de cessar ou remover a estimulação aversiva presente. Para tanto, não é necessário um condicionamento prévio com a estimulação aversiva. Um exemplo de resposta de fuga seria um indivíduo que está na rua, quando começa a chover e, então, ele corre para um abrigo. Nesse exemplo, a chuva é entendida como a estimulação aversiva que precedeu o comportamento de abrigar-se (a resposta de fuga), que terminou com a exposição do indivíduo à estimulação aversiva (a chuva) (Skinner, 1953/2000).

CONTINGÊNCIAS DE PUNIÇÃO

São duas as contingências [ou técnicas] de punição definidas e analisadas por Skinner (1953/2000). Para defini-las ele recorre aos estímulos reforçadores positivos e negativos. Uma delas, que tornou-se conhecida posteriormente como “punição positiva”, foi definida por ele como um procedimento no qual há a apresentação de um estímulo reforçador negativo (estímulo aversivo) contingente à [em seguida à] ocorrência de determinada resposta que se pretende enfraquecer ou suprimir.

A outra contingência [ou técnica] de punição descrita por Skinner (1953/2000) tem sido referida como “punição negativa”. Nessa forma de punir, contingente a uma determinada resposta do indivíduo, ou seja, seguindo imediatamente a ocorrência dessa resposta, há a retirada de estímulos reforçadores positivos (estímulos disponíveis que apresentam função reforçadora ao indivíduo).

Essas contingências de punição, tratadas por Skinner (1953/2000, 1971/1977) como as técnicas de controle mais comuns na vida moderna, são utilizadas, em geral, com a pretensão de eliminar comportamentos indesejáveis, com base na suposição de que o indivíduo que tem seu comportamento punido apresenta menor probabilidade de repeti-lo. O autor aponta que a alta frequência de sua utilização na sociedade, deve-se ao fato de que punir produz um efeito imediato (i.e., reduza tendência a se comportar de determinada forma). Todavia ele defende que a redução imediata observada na frequência da resposta punida não seria permanente. Ou seja, seu efeito seria um enfraquecimento ou uma supressão temporários. Assim, quando não houver mais punição, a resposta voltará a ocorrer. O autor exemplifica esse processo relatando que a prisão de um homem por um assalto violento não terá, necessariamente, diminuído sua tendência à violência.

SUBPRODUTOS DOS PROCEDIMENTOS AVERSIVOS

A posição de Skinner (1953/2000, 1971/1977) é a de que as técnicas de punição (positiva e negativa), assim como o procedimento de reforçamento negativo, têm como uma de suas consequências alguns subprodutos que ele considera “lamentáveis”, trazendo desvantagens para ambos (i.e., controlador e controlado). O autor abordou amplamente esse tema, procurando mostrar algumas implicações da exposição à estimulação aversiva, em especial da punição positiva para a vida humana.

Um primeiro aspecto a ser levantado seria o fato de que a sensibilidade aos estímulos aversivos teve um valor de sobrevivência filogenético, que se intensificou com a evolução do processo de condicionamento reflexo. Skinner (1987) ressalta que provavelmente a sensibilidade aos reforçadores negativos tenha evoluído antes do que a sensibilidade aos reforçadores positivos, visto que a presença de estímulos aversivos (i.e., reforçadores negativos primários) representa grave ameaça à sobrevivência. Ou seja, o comportamento de fuga e de esquiva de estimulação aversiva foram selecionados pelo seu valor de sobrevivência. A estimulação aversiva condicionada passou a funcionar como estímulo discriminativo, sinalizando a ocasião perigosa. Sendo assim, o indivíduo pode se comportar de modo a escapar, eliminar ou diminuir a ameaça à sua sobrevivência. O autor entende que esse processo deve ter tido um grande valor para a sobrevivência da espécie quando afirma: “não é difícil provar que um organismo reforçado pela remoção de certas condições teria uma vantagem na seleção natural” (Skinner, 1953/2000, p. 190).

A ansiedade, tratada por Skinner (1953/2000) “como um conjunto de predisposições emocionais atribuídas a um tipo especial de circunstâncias” (p. 198), é um efeito da exposição aos estímulos aversivos. A explicação se deve ao fato de que no reforço negativo, a apresentação de uma estimulação aversiva intensa evoca um comportamento que reduz tal estimulação e, concomitantemente, elicia fortes respostas emocionais. O autor trata estas reações emocionais como uma ativação de reações simpáticas intensas, que parecem ser características dos estímulos que levam ao comportamento de fuga e esquiva. Por exemplo, paralelamente à resposta de correr de um assalto, há respostas emocionais como alterações fisiológicas de palpitação e sudorese.

Todavia, mesmo Skinner (1953/2000) tendo apontado que a evolução da sensibilidade à estimulação aversiva funcionou como um mecanismo de adaptação da espécie humana, ele ressalta que, atualmente, sua utilização pode gerar efeitos emocionais (conhecidos como ansiedade) que não são mais funcionais. Isso porque estímulos aversivos, incondicionados e condicionados, eliciam reflexos e geram predisposições emocionais e ansiedades perturbadoras, o que pode interferir no comportamento operante a ser reforçado. O autor entende que efeitos emocionais (i.e., a presença de respostas emocionais fisiológicas) e sentimentos (e.g., medo, preocupação, etc.) afetam o curso normal do comportamento operante e podem alterar a probabilidade do comportamento no sentido de impossibilitar o desempenho de uma tarefa por um indivíduo. Em certas condições de estimulação aversiva (que serão especificadas mais adiante), os efeitos emocionais puderam ser desadaptativos.

Em resumo, mesmo a ansiedade frente a estímulos condicionados, tendo participado de um processo útil no passado (para a sobrevivência da espécie), hoje nem sempre se mostra útil, pois, de acordo com a intensidade e frequência da estimulação aversiva, por exemplo, ela pode interferir no comportamento do indivíduo e prejudicá-lo, visto que, pode desorganizar o seu comportamento eficaz que está em curso. Por essa razão, a ansiedade é qualificada pelo autor como um “infeliz subproduto” da exposição à estimulação aversiva. Skinner (1953/2000) aponta alguns subprodutos da exposição à estimulação aversiva que serão descritos a seguir.

O Efeito de Eliciar um Comportamento Incompatível

Skinner (1953/2000) descreve um efeito que advém do fato de que o comportamento punido pode vir a ser fonte de estímulos condicionados que eliciam um comportamento incompatível por si só. Um comportamento consistentemente punido (e.g., conversar em sala de aula) pode, ele mesmo, funcionar como um estímulo condicionado e eliciar respostas incompatíveis, neste caso, com “o conversar”. Não é necessário ocorrer a bronca do professor, a própria conversa pode eliciar respostas emocionais incompatíveis, desorganizando o operante em curso e gerando uma perturbação no indivíduo.

As respostas incompatíveis são reações emocionais que alteram a probabilidade normal da resposta operante em curso que está sendo punida. Essas reações são colocadas por Skinner (1953/2000, 1971/1977) como o ingrediente principal do que é chamado de culpa, vergonha ou sentimento de pecado, dependendo da agência de controle que aplicou a punição anteriormente. Mas, neste caso, a resposta operante é apenas temporariamente suprimida pela reação emocional, uma supressão permanente não pode ser esperada.

Porém, Skinner (1953/2000) entende que as reações emocionais, como a ansiedade, são problemáticas para a sociedade quando se tornam crônicas. Pois, de acordo com ele, “[...] em um mundo onde ‘más’ coisas comumente acontecem, resulta em desvantagens tanto para o indivíduo quanto para a sociedade” (p. 197).

O Efeito de Engajar-se em Outros Comportamentos

Este efeito, entendido por Skinner (1953/2000) como o mais importante, é conceituado como a evitação de condições aversivas através do engajamento do indivíduo em outros comportamentos. Em uma situação na qual uma resposta é seguida da apresentação de estimulação aversiva, qualquer estimulação que acompanhe o próprio comportamento do indivíduo ou advinda de situações concomitantes poderá ser condicionada adquirindo propriedades aversivas. Quando isto ocorre, qualquer comportamento que reduza a estimulação será reforçado. A suposição desse processo se baseia no fato de que o indivíduo mostra uma probabilidade alta de resposta que não pode ser explicada em termos de variáveis presentes, o que pode levar a outras explicações, como as mentalistas, por exemplo. Assim, o efeito do processo acima poderia ser não só o indivíduo engajar-se em qualquer comportamento que tenda a “evitar a punição”, mas também poderia comportar-se de formas consideradas “desagregadoras, inadequadas ou neurotizantes” (Skinner, 1971/1977, p. 50). Exemplos disso poderiam ser algumas compulsões e obsessões.

Contracontrole

O contracontrole é uma possibilidade de enfraquecer ou de destruir aqueles que impõem o controle, possivelmente através do estabelecimento de um sistema de competição. No caso do contracontrole ao *governo*, por exemplo, podem aparecer revoltas, questionamentos, ataques, rebeliões, fugas. Na *economia*, uma forma de contracontrole pode ser a condenação da riqueza justamente com a valorização (reforço) do comportamento caridoso, reduzindo, dessa forma, o poder controlador das medidas que o possuidor de riqueza pode empregar no controle dos outros.

Com a conceituação do controle aversivo e a demonstração de alguns efeitos específicos do uso de estimulação aversiva, espera-se facilitar a identificação dos procedimentos fundamentados nesse tipo de controle que são adotados em grande escala na cultura atual. Ao analisar alguns efeitos indiretos (subprodutos) das contingências aversivas, Skinner (1953/2000) preocupou-se com a frequência e intensidade de seu uso o que, em sua visão, acarretaria em serias implicações para a vida em sociedade. Como a presente pesquisa examinará o uso de contingências aversivas pelas agências de controle, serão apresentados, na sequência, os conceitos de agências de controle e de cultura.

AGÊNCIAS DE CONTROLE

O controle do comportamento pode ocorrer tanto na relação face a face, o que Skinner (1953/2000) denomina “controle pessoal”, quanto pelo controle exercido pelo grupo (seja ele organizado ou não). Quando o controle é pessoal, o autor sugere que há várias formas de se controlar sem que nenhuma delas seja, necessariamente, intencional ao controlador. Ao gritar, uma criança recebe atenção de sua mãe e, assim, pode aprender a controlar o comportamento da mãe gritando com ela, mesmo sem ambas as partes dessa relação entenderem este processo de controle. Uma das características desse tipo de controle é o fato de que algumas variáveis são manipuladas para benefício próprio.

Devido às diversas formas de se controlar o comportamento de um indivíduo, no controle pessoal a extensão e o tipo de procedimento poderão ser definidos por outras formas de poder que o controlador possuir; um homem com muito dinheiro provavelmente usará seu poder monetário para controlar pessoas em benefício próprio. Skinner (1953/2000) pontua que exemplos como esse são exceções à regra, pois, na maioria das vezes, um único indivíduo não parece alterar de modo considerável as variáveis que afetam o comportamento de outras pessoas. Ou seja, o controle pessoal, como forma de controlar pessoas, apresenta limitações por parecer fraco em comparação com o poder de outras variáveis.

De qualquer modo, a posição de Skinner (1953/2000) parece clara quando se trata de relacionamentos face a face: o uso do reforço positivo mostra-se possível e eficaz. Entretanto, ele entende que o nível de controle face a face é insuficiente para controlar grupos, uma vez que o controle mais eficaz para fazê-lo é aquele exercido pelas agências de controle.

As agências de controle foram definidas por Skinner (1953/2000) como aquelas “melhor organizadas” em relação ao grupo como um todo, pois, geralmente, operam com maior sucesso por manipularem conjuntos particulares de variáveis. E mais, são responsáveis pela manutenção e planejamento de práticas que beneficiem o grupo como um todo. Portanto elas são as responsáveis por proporem planejamentos culturais e por se preocuparem com a aquisição de comportamentos ético, entre outros. Skinner descreve cinco agências de controle: governo, religião, economia, psicoterapia e educação.

Skinner (1953/2000) entende que estas agências manipulam variáveis comuns a grupos de pessoas. Seu poder deriva “[...] do número e da importância de outras pessoas na vida de cada membro.” (p. 363). Skinner (1953/2000) deixa claro que seu interesse

não é analisar as estruturas dessas agências e sim as concepções dos indivíduos que se comportam nesses campos. E, ainda mais, os procedimentos pelos quais se controlam os membros do grupo. Assim, o autor visou analisar os processos comportamentais pelos quais as agências exercem controle, o comportamento dos controlados e os efeitos recíprocos de tais comportamentos que afetam o controle dessas agências.

A agência *Governo* é tratada como o uso do poder para restringir comportamentos que ameaçam a propriedade e outros membros e seu poder é designado à polícia e aos militares. Skinner (1953/2000) também conceitua a *Religião* como a agência que utiliza o controle para encorajar o bom comportamento e desencorajar o mau. Neste caso, o controle normalmente recorre a eventos sobrenaturais; promessas de céu ou de inferno são frequentes e normalmente controlam o comportamento com sucesso. Esta agência varia em relação à sua organização, uma vez que o poder pode tanto estar sob o controle de um único mago, ou feiticeiro, quanto de igrejas. Skinner (1953/2000) entende que, muitas vezes, o poder dessas duas agências (*governo* e *religião*) podem se complementar.

A agência *educação* destina seu poder a familiares e professores e tem como objetivo estabelecer comportamentos que serão vantajosos para o indivíduo e aos outros membros em um tempo futuro. Uma diferença entre a *educação* e as duas agências, acima mencionadas, parece ser o fato de que tanto o *governo* quanto a *religião* focam na manutenção de comportamentos enquanto a *educação* parece focar na aquisição de novos comportamentos.

A *economia* é descrita como a agência que controla comportamentos através do dinheiro e seu poder é destinado a quem o tem. As pessoas parecem utilizar sua riqueza de modo que preserve ou aumente sua fonte de poder (Skinner, 1953/2000). Finalmente, a definição da agência *psicoterapia* parece diferir das demais. A *psicoterapia*, para Skinner (1953/2000), está mais para uma profissão do que para uma agência organizada. Foi tratada por ele como agência de controle, por entender que, atualmente, ela parece ser uma grande fonte de poder na vida das pessoas e tem sido bastante utilizada. Seu objetivo estaria relacionado à correção de certos subprodutos indesejáveis advindos do controle de outras agências.

Para controlar o comportamento humano, Skinner (1953/2000) afirma que as agências utilizam diversas técnicas. O reforço positivo, por exemplo, aparece como técnica de controle governamental quando o governo prove subsídios e dinheiro a seus membros, na *religião* com a promessa do céu, na *economia* com a apresentação de reforçadores

generalizados como dinheiro e crédito, na *educação* com aprovações, privilégios, notas altas, dentre outros. Todos esses reforçadores são liberados pelas agências de modo contingente a dado comportamento do indivíduo. Técnicas que fazem uso do controle aversivo também são utilizadas e serão tratadas posteriormente.

No exposto, verifica-se que as funções ou objetivos das agências de controle, conforme definidos por Skinner (1953/2000), demonstram semelhanças. Todas as agências por ele citadas são responsáveis pela aquisição e manutenção de práticas culturais, portanto têm como objetivo controlar comportamentos de seus membros para garantir a sobrevivência cultural. Cultura esta que deve proteger seus membros de práticas letais a eles mesmos.

Seguem algumas concepções skinnerianas no campo da cultura que serão úteis para entender melhor os objetivos e funções de cada agência de controle descrita por Skinner (1953/2000, 1971/1977). Para tanto, serão apresentados os seguintes tópicos: (a) concepção skinneriana de cultura, (b) a relevância da sobrevivência cultural na teoria skinneriana e (c) planejamento cultural.

CONCEPÇÃO SKINNERIANA DE CULTURA

Uma cultura pode ser caracterizada, no sentido mais amplo, pelas variáveis dispostas por outras pessoas que afetam o comportamento do indivíduo. Pode ser considerada, ainda, o conjunto de condições particulares, nas quais um grande número de pessoas vive e se desenvolve. São estas condições que geram os padrões comportamentais próprios de cada cultura, padrões estes denominados “caráter cultural” (Skinner 1953/2000).

Caráter cultural seria o nome dado, portanto, às situações em que alguns aspectos do ambiente e do comportamento dos membros do grupo sejam peculiares a cada cultura. Isto inclui as agências de controle e subagências existentes, suas forças, seus modos de operar e seus efeitos, os quais diferem de cultura para cultura. Skinner (1953/2000) assinala que a presença do caráter cultural convive com as diferenças entre membros da mesma cultura, uma vez que o ambiente social nunca será o mesmo para todos. A história de cada membro sempre será idiossincrática, visto que existem diferenças entre culturas e entre seus membros.

Skinner (1953/2000) entende que aspectos relacionados à qualidade de vida dos membros podem, de certa forma, definir a força da cultura em que vivem. Uma cultura

em que seus membros tenham uma boa qualidade de vida é uma cultura com mais chance de sobrevivência. Portanto, fatores como: nível de interesse de seus membros, disposição emocional, repertório comportamental, como praticam autocontrole e autoconhecimento, entre outros, produzem efeitos sobre a cultura. Esses fatores acabam por determinar a capacidade do grupo de se empenhar em atividades que sejam produtivas à cultura, como educação, artes, ciências, saúde, esportes, dentre outros. Essas variáveis culturais trazem um alto grau de individualidade a cada cultura, aumentando as chances desta sobreviver.

O nível de interesse dos membros, as disposições emocionais em relação à cultura, a aquisição e manutenção de um repertório que seja considerado eficaz (e.g., o repertório de autocontrole), a possibilidade dos membros adquirirem autoconhecimento, são efeitos de uma cultura que preza a qualidade de vida dos seus membros. E isso só é possível se essa cultura planejar contingências que propiciem esses comportamentos em seus membros. A competência dos membros em lidarem com situações (de se comportarem de maneira eficaz) depende das contingências programadas para tal e dos procedimentos utilizados para controlar seu comportamento.

Skinner (1953/2000, 1971/1977) entende que a cultura deverá ensinar aos seus membros a importância de sua sobrevivência, pois com isso a probabilidade deles analisarem suas práticas e experimentarem novas, quando necessário, aumentará. O autor entende também que a cultura é muito complexa e poderosa, sendo composta por agências de controle organizadas e, ainda, por subagências. As subagências são grupos cujos membros podem entrar em contato especialmente íntimo e serem diretamente controlados pelo grupo.

Uma cultura na qual os indivíduos não precisam se preocupar com um ambiente seguro, com saúde, entre outros, será uma cultura em que seus membros possam gastar sua energia com atividades que facilitem sua sobrevivência. A cultura deve ser transmitida por gerações e sua sobrevivência estará diretamente relacionada ao modo como seus membros aprendem, utilizam e transmitem valores para as demais gerações.

A RELEVÂNCIA DA SOBREVIVÊNCIA CULTURAL NA TEORIA SKINNERIANA

Skinner (1971/1977) afirma que, ao se tornar evidente que a cultura pode tanto se perpetuar quanto se extinguir, seus membros deveriam agir para promover sua sobrevivência. Portanto, faz-se necessária essa compreensão para benefício cultural. Os valores de sobrevivência são alterados à medida que as condições ambientais também o são.

Algo que antigamente era importante pode não corresponder mais com a condição atual da cultura. Por exemplo, a suscetibilidade ao reforçamento sexual, antigamente útil, hoje significa superpopulação e vários prejuízos à cultura advêm disso.

Algumas práticas têm valor de sobrevivência à cultura enquanto outras podem ser letais a ela própria (Skinner, 1953/2000). Não é com o objetivo de sobrevivência que as práticas surgem e sim porque, no passado, práticas semelhantes resultaram em sobrevivência: “uma longa história biológica e cultural produziu o indivíduo que age de modo particular com respeito às condições culturais” (p. 471). A explicação para a ocorrência ou não de determinada prática cultural está situada no passado.

Para que o comportamento de seus membros esteja voltado à sobrevivência da cultura, Skinner ressalta que, como todo comportamento, as causas devem ser encontradas nas contingências públicas de reforço. Uma cultura deve utilizar-se de práticas que induzam seus membros a trabalhar em benefício dela e não acreditar que um “homem autônomo” exista ou os sentimentos, por si só, o farão.

Os sentimentos dos membros em relação à sua cultura são subprodutos de contingências de reforçamento que ela promove. Raramente as culturas geram uma preocupação genuína por sua sobrevivência. A cultura deveria: (a) incrementar as contingências, (b) mostrar vantagens em longo prazo e (c) dispor de reforçadores condicionados (e.g., elogio), para que aumente a probabilidade de ocorrência de um comportamento relevante para a sobrevivência cultural. Pois, de acordo com Skinner (1971/1977), não parece haver razão especial para os membros se preocuparem com sua cultura, ela deve convencê-los a fazer isso.

Skinner (1953/2000, 1971/1977) compara a evolução da cultura com a evolução das espécies no sentido de que ao planejar partes de uma cultura (gerando mutações), pode-se acelerar o processo evolutivo. As semelhanças se estendem à transmissão das práticas que são realizadas pelos membros, assim como na espécie: nos dois níveis de seleção, a quantidade de membros aumenta a possibilidade de sobrevivência da população. O fato de que nesses dois níveis uma ideia de evolução se faz presente, sugere que esta evolução seria um caminho benéfico tanto para a sobrevivência da espécie quanto da cultura. O autor pontua que práticas que não beneficiem a cultura podem permanecer presentes por um período de tempo e, mais tarde, trazer a extinção da cultura. Ou seja, o termo evolução, nesses dois níveis de seleção, não está relacionado com o que traz mais benefícios.

Mesmo Skinner (1953/2000, 1971/1977), entendendo que é possível a modificação do comportamento para benefício de uma cultura, resta uma questão que estaria ligada a quem iria administrar o planejamento das práticas, visto que esse processo de controle experimental intencional pode ser utilizado por pessoas que têm como prioridade tanto a cultura quanto a si mesmas. De acordo com Skinner (1971/1977): “[...] não há nada em relação à metodologia que determine os valores que governam o seu uso.” (p. 114). Assim, para prevenir o mau uso do controle, a atenção deve estar voltada às contingências que levam o controlador a assumir o controle e não ao controlador em si, visto que seu comportamento, assim como o comportamento dos controlados, é resultado de uma relação de contingência com o ambiente.

A relação entre o controlador e o controlado é recíproca, e isso deve ser levado em consideração quando se quiser entender o comportamento do controlador. O comportamento de um professor que controla é modelado e mantido pelas respostas do aluno controlado, por exemplo. Mesmo sendo recíproco, não quer dizer que seja (primariamente) intencional, mas assim o será quando as consequências forem planejadas para tal. Essa relação, quando explícita, traz benefícios à cultura. Um controlado, ciente de que está sendo controlado, pode usar de contracontrole, o que traz certo equilíbrio à relação. No caso de contingências informais (e.g., relação pai e filho), podem ser feitos, naturalmente, ajustamentos à medida que as contingências se modificam mas, no caso de contingências mantidas por agências de controle, os ajustes podem não ocorrer naturalmente. Cabe aos membros da cultura demonstrar e reivindicar novas regras que correspondam às contingências atuais. Uma premissa que facilita este procedimento (de controle mútuo) seria a de que o controlador seja membro do grupo e se submeta à prática que ele mesmo controla. O contracontrole em relação às práticas sociais de controle pode trazer benefícios à cultura, à medida que possibilite que novas e melhores práticas sejam buscadas (Skinner, 1971/1977).

Frente a esses pressupostos, é pertinente atentar-se ao fato de que o controle explícito facilita a ocorrência do contracontrole. Se os métodos de controle não forem evidentes, maior a dificuldade de se contracontrolar e, assim parece menor a probabilidade de se buscarem soluções melhores para as práticas culturais vigentes.

O controle, como já mencionado, não é bem visto por teorias tradicionais. Assim, uma das acusações sofridas pelo uso do controle em benefício da cultura é a de que é ética e moralmente errado praticá-lo. Skinner (1971/1977) entende ser importante o controle ético no sentido de que, sem ele, dificilmente os membros de uma cultura ficariam sob o

controle de consequências remotas (ou mesmo de consequências que beneficiem apenas membros que viverão nela futuramente), como é o caso da sobrevivência cultural. O não desperdiçar água hoje para que as próximas gerações a tenham é uma contingência que parece ter uma consequência muito remota para controlar o comportamento atual dos membros de uma cultura. Por isso, parece ser necessário formular práticas que consequenciem de modo mais imediato comportamentos desse tipo.

Uma possibilidade de colocar o comportamento dos membros sob controle de contingências mais remotas, para Skinner (1971/1977), seria por meio das regras e leis às quais se obedecem. A antipatia das teorias a respeito desse tema se deve ao fato de que normalmente o indivíduo é levado a estar sob o controle de consequências remotas através de práticas que têm consequências atuais aversivas, visto que é dada importância a práticas que beneficiem a cultura e não apenas seus membros. Portanto entende-se que o comportamento ético de cada indivíduo é adquirido de acordo com as contingências presentes em sua história e não é, naturalmente, inerente à sua existência.

Sobre a sobrevivência cultural, Skinner (1971/1977) afirma:

o ambiente social é o que chamamos de cultura. Esta modela e mantém o comportamento dos que nela vivem. Uma determinada cultura se desenvolve à medida que novos costumes surgem, possivelmente por razões irrelevantes, e são selecionadas por sua contribuição ao fortalecimento da cultura, na competição com o ambiente físico e com as outras. Um passo adiante consiste no aparecimento de práticas que induzam os seus membros a trabalhar pela sobrevivência de sua cultura. Tais costumes não podem ser vinculados a benefícios pessoais [...] visto que a sobrevivência de uma cultura não pode servir como fonte de reforços condicionados, além do tempo de vida de um indivíduo [...] mas a evolução de uma cultura introduz uma espécie adicional de valor ou bem. Uma cultura que por qualquer razão induz seus componentes a trabalhar por sua perpetuação, provavelmente tem maiores possibilidades de sobrevivência. É uma questão de benefício da cultura e não do indivíduo. O projeto explícito propicia este benefício, acelerando o processo evolucionário, e desde que uma tecnologia e uma ciência do comportamento contribuam para um projeto melhor, são 'mutações' importantes na evolução cultural. Se deve existir qualquer intenção ou direção no processo de evolução da cultura, esta deve ter relação com o fato das pessoas serem cada vez mais controladas pelas consequências de seu comportamento. (p.109)

A dificuldade de se eleger a sobrevivência cultural como o principal valor, ao se planejar práticas culturais, encontra-se no fato de que, na maioria das vezes, o reforço pessoal para o benefício da cultura é deixado ao acaso. Um reforçador que pode vir a operar no indivíduo é a ideia de que é “bom” agir para o bem da cultura. Outra dificuldade está

relacionada ao fato de que os valores de sobrevivência cultural podem ser conflituosos em relação aos valores tradicionais, tais como a felicidade. Uma cultura feliz não necessariamente sobreviverá, assim como uma cultura em que práticas não foquem a felicidade humana poderá ser mais bem sucedida. Portanto é importante abandonar princípios como o da felicidade, liberdade ou virtude para que se possa pensar na sobrevivência da cultura (Skinner, 1953/2000).

Todavia é preciso ressaltar que, embora Skinner (1987) defenda a sobrevivência das culturas como um bem fundamental, ele também defende que a sobrevivência de uma cultura deve estar de forma geral compromissada com o bem estar de seus membros. Valores individuais não devem permanecer em um primeiro plano, mas a felicidade dos membros em geral deve ser alcançada, uma vez que uma cultura com indivíduos saudáveis e felizes é uma cultura com maiores chance de sobrevivência. Para propiciar a sobrevivência cultural, a cultura (normalmente representada pelas agências de controle) planeja práticas que beneficiem este bem, como será exposto a seguir.

PLANEJAMENTO CULTURAL

A maneira pela qual um grupo se comporta (i.e., suas práticas culturais) muitas vezes teve origens acidentais ou, como foi mencionado, teve função no passado e se mantém mesmo sem tê-la atualmente. Outras práticas, de acordo com Skinner (1953/2000), advêm de planejamento cultural, que é o planejamento e aplicação de novas práticas por serem “melhores” que as disponíveis. “Melhores” para Skinner (1953/2000, 1971/1977) quer dizer mais reforçadoras para o grupo como um todo do que aquelas utilizadas normalmente. Ele argumenta que é possível propor maneiras *melhores* do que as que se dispõem no momento e sustentá-las com o auxílio de prognósticos e eventuais resultados mais reforçadores. Como exemplos de manipulação, pequenas partes de um ambiente social podem ser planejadas, tal como uma estrutura de uma indústria ou as ações de uma agência governamental. O planejamento da cultura como um todo tem sido denominado “pensamento utópico”.

Mesmo criticando algumas das práticas sociais de controlar comportamento, Skinner (1953/2000) estuda o modo como o controle é exercido nas relações sociais. Ainda ressalta a importância de não se deixar o controle ao acaso, de utilizá-lo para benefício da cultura. Nesse sentido, a visão de Skinner (1953/2000) é de que a ciência não deve ser

contemplativa. Assim, a ciência pode então contribuir para o planejamento e com a descrição dos efeitos de eventos controladores pode trabalhar para benefício de uma comunidade. É o que ele denomina *planejamento cultural*:

um procedimento cultural não é menos eficiente por suas origens acidentais, ao determinar o comportamento característico de um grupo. Mas uma vez observado o efeito sobre o comportamento, a origem da prática pode ser examinada mais de perto. Certas questões vêm a ser colocadas. Por que o planejamento de uma cultura deve ser deixado tanto ao acaso? Não será possível mudar o ambiente social deliberadamente de forma a que o produto humano esteja mais de acordo com especificações aceitáveis? (pp. 463-464).

Sua sugestão seria de que a ciência, aplicando seus métodos ao comportamento, poderia contribuir com técnicas que possibilitariam a resolução de problemas da vida moderna, gerados pelos homens. O autor descreve que planejamentos culturais (i.e., tentar modificar as práticas) são muito comuns em diversas culturas, e há muitas pessoas dispostas em entendê-los e aplicá-los. Planejamentos culturais são tentativas de manipular partes (mesmo que pequenas) de uma cultura. Skinner (1953/2000) cita como exemplos: os currículos experimentais em escolas, as leis, os mandamentos que firmam o que deve ser reforçado ou punido a partir daquele momento.

O porquê de certas mudanças serem possíveis é explicado por meio do comportamento operante. Uma vez percebido que determinado comportamento é a ação de um indivíduo em um ambiente peculiar (i.e., entendendo as variáveis de que é função), faz-se possível manipular contingências a fim de mudar uma prática. Uma pessoa que se propõe a planejar novas práticas está sob controle de contingências passadas que tiveram resultados favoráveis à cultura.

Portanto, as possibilidades de mudança se encontram na modificação das contingências públicas das quais determinados comportamentos do grupo é função. Mas o comportamento e o papel do ambiente foram negligenciados durante muito tempo, impossibilitando qualquer mudança cultural. Determinadas filosofias acreditaram ser necessárias modificações nos sentimentos das pessoas, como se fosse possível “incutir” um senso de responsabilidade, por exemplo (Skinner, 1971/1977).

O que deve ser mudado, de acordo com Skinner (1971/1977), pode ser observado. É um dos papéis dos membros da cultura observar e prever que dificuldades ela enfrentará. O autor entende que se podem prever alguns problemas, observando, por exemplo,

o aumento da população da terra. Apenas após esta constatação, faz-se possível modificar práticas com o objetivo de levar as pessoas a terem menos filhos.

O método de um planejador, de acordo com Skinner (1953/2000), não difere muito de um experimentador de laboratório, apenas são acrescentados alguns aspectos. A observação parece ser um instrumento relevante e, acrescido a ela, há o conhecimento que o experimentador tem de seu sujeito (algum conhecimento acerca de sua história de reforçamento passada, algumas primeiras contingências nas quais o sujeito esteve exposto). Assim, ele entende que é possível, para a análise experimental, uma interpretação eficaz do comportamento humano.

Todavia Skinner (1953/2000) atenta ao fato de que uma experimentação na cultura (i.e., o planejamento) deve ser delegada a especialistas que se submetam às mesmas regras e leis que o resto dos membros seguem. Entretanto, a probabilidade de criação de um ambiente mais justo, em relação a não haver um abuso de poder, é aumentada quando quem controla também é controlado.

Outro aspecto a ser considerado se deve ao fato de as contingências serem acessíveis. A partir da compreensão do que é o comportamento operante e o que controla este comportamento, faz-se possível descobrir novas maneiras de modificá-lo, simplesmente, alterando as contingências.

Skinner (1971/1977) sugere que seja olhado às contingências para que se aumente a probabilidade da cultura sobreviver, pois há, à disposição da cultura, tecnologias físicas, biológicas e comportamentais necessárias para melhorá-la. O problema está em como possibilitar que as pessoas as utilizem para esses fins. Mesmo o autor entendendo que esta é uma proposta ambiciosa, defende que a ciência do comportamento tem muito a colaborar por ser uma ciência em desenvolvimento. Nesse aspecto, possivelmente, a maior contribuição da Análise do Comportamento pode ter sido descrever para onde se deve olhar quando se quer modificar comportamentos com a finalidade de a cultura sobreviver. O controle ético e a aquisição e manutenção de autocontrole são aspectos importantes a serem considerados quando se fala de planejamento cultural, visto que, muitas vezes, é através deles que se faz possível fazer alguma alteração cultural.

Controle Ético

O controle ético é definido por Skinner (1953/2000) como o tipo de controle no qual o grupo classifica comportamentos como “bons” ou “maus”, ou como “certos” e “errados” e, conforme a classificação, reforçam ou punem os comportamentos de seus membros. Os comportamentos classificados como “bons” são aqueles reforçadores aos membros do grupo, e os comportamentos classificados como “maus” são aqueles aversivos ao grupo. Uma classificação inicial (do que é “bom” ou “mau” para o grupo) pode ter sido acidental e pode continuar válida mesmo sem ter correspondência com as contingências atuais, ou seja, mesmo deixando de ser reforçador ou aversivo para os membros do grupo.

Comportamentos que foram anteriormente selecionados por seu valor de sobrevivência são hoje mantidos por seu valor reforçador e cultural. Atualmente, valorizam-se práticas relacionadas ao comportamento de comer (i.e., o excesso de oferta de alimentos, muito comum em algumas culturas modernas) mesmo que essas práticas tragam malefícios (e.g., a obesidade) e possuam mais correspondência com a sobrevivência da cultura. O mesmo ocorre com uma prática cultural vigente nas grandes cidades: a agressividade entre gangues. O comportamento agressivo se mostrou útil para a sobrevivência da espécie e posteriormente para a sobrevivência da cultura. Todavia, atualmente, esse comportamento não tem correspondência com necessidade cultural atual.

A classificação pode, ainda, não ser uma premissa geral, ou seja, pode haver discordância entre os membros de um grupo, sendo que uma parte deles poderá ter a opinião de que um comportamento é “errado” e outra de que o mesmo comportamento é “certo”. A isto Skinner (1953/2000) qualifica como uma classificação deficiente.

Outro aspecto considerado pelo autor, no que diz respeito ao controle ético pelo grupo, é o fato de que dificilmente há uma classificação formal do que é um comportamento “bom” ou “mau”. Normalmente a classificação é informal e vem acompanhada de reforçadores condicionados e incondicionados, tais como: carinho, elogios, agradecimentos, gratificações, favores, ameaças, repreensões, censuras e críticas, para modelar os comportamentos esperados dos indivíduos.

O controle do grupo se dá tanto por reforçamento quanto por punição. Skinner (1953/2000) entende que o reforço positivo, fornecido pelo grupo, tende a aumentar a probabilidade de um comportamento “bom”, semelhante, ocorrer no futuro, enquanto a punição é utilizada para enfraquecer o “mau” comportamento. A punição pode ser negativa ou

positiva. Quando o grupo aplica punições a comportamentos desonestos, por exemplo, tende a gerar efeitos emocionais e sentimentos como o de culpa.

Sobre o efeito do controle pelo grupo há alguns aspectos que merecem destaque. Um primeiro aspecto a ser levado em consideração seria o de que um reforçador positivo para um indivíduo pode ser um reforçador negativo para outro. Um indivíduo, que reforça negativamente o comportamento de outro e seu procedimento tem resultados favoráveis, em situação semelhante agirá de forma similar.

Skinner (1953/2000) também entende que os procedimentos de reforço podem ocorrer tanto pelas contingências de reforço positivo quanto pelo reforço negativo. O indivíduo é positivamente reforçado quando age de acordo com a demanda do grupo e, neste caso, o reforço pode vir em formas de elogios, por exemplo. Contudo há situações em que, em curto prazo, o indivíduo tem prejuízos pessoais, mesmo sendo elogiado pelo grupo, como no caso de pagar impostos.

Pode haver conflito acerca do que o indivíduo deseja fazer e do que ele deve fazer (i.e., do que é cobrado pelo grupo). Skinner (1953/2000) demonstra que estas contingências demandam autocontrole, visto que, com o autocontrole, é diminuído o conflito entre o comportamento egoísta e o altruísta, uma vez que o grupo reforça o altruísta².

A Aquisição e Manutenção do Repertório de Autocontrole

O autocontrole é citado por Skinner (1953/2000) como uma técnica eficaz e útil quando se trata do controle ético. A explicação desse processo, para o autor, envolve a relação de um comportamento com consequências conflitantes. Ao se comportar, o indivíduo produz consequências reforçadoras positivas (e.g., no caso do abuso do álcool seriam as sensações prazerosas que o álcool traz) e consequências reforçadoras negativas (e.g., a repreensão da família e igreja, entendida aqui como a apresentação de uma estimulação aversiva). As duas consequências são conflitantes e geram reações emocionais fortes o suficiente para que o indivíduo sinta culpa ou vergonha. Assim, em situações semelhantes, o indivíduo pode se envolver em comportamentos que tornem a resposta punida menos provável de ocorrer e, qualquer comportamento alternativo do indivíduo será reforçado pela

² Abib (2001) chama a atenção para duas possibilidades de altruísmo, o altruísmo interessado e o altruísmo puro. Mesmo entendendo que o assunto é de significativa validade para a discussão cultural de Skinner, não nos sentimos competentes para levantar tal discussão visto que teríamos que recorrer à filosofia e a ética de forma mais aprofundada.

família e pela comunidade. No exemplo, ele terá adquirido autocontrole se deixar de ingerir bebida alcoólica, apesar do efeito reforçador imediato dessa resposta, e passar a emitir outras respostas sob controle de consequências mais atrasadas.

De acordo com Skinner (1953/2000), provavelmente, um comportamento é punido se, em uma condição anterior da espécie ou da cultura, essa determinada forma de se comportar tiver sido prejudicial à sobrevivência delas. O grupo também se dedica a suprimir mentiras, roubos, entre outros, por ter consequências negativas imediatas aos seus membros. A partir disso, cada indivíduo passa a classificar determinados comportamentos como “maus”, “errados” e, então, passa a controlar os demais membros no sentido de suprimir tais comportamentos. Assim, o controle ético torna-se automantenedor.

Do exposto nesta seção, entende-se que Skinner (1953/2000) conceituou as agências de controle como sendo agências melhor organizadas que visam garantir a sobrevivência cultural e uma boa qualidade de vida aos seus membros pois, como postulado, a força de uma cultura (i.e., sua chance de sobrevivência) depende em grande parte da qualidade de vida dos membros que nela vivem. Portanto são as agências as responsáveis pelo planejamento de uma cultura que propicie sua própria sobrevivência. Para tanto, as agências utilizam de controle ético, aquisição e manutenção de autocontrole para que esse bem seja alcançado.

PROBLEMA DE PESQUISA

Como foi visto, para Skinner (1953/2000), o controle do comportamento humano é inerente às relações entre pessoas e grupos e, muitas vezes, é necessária sua utilização intencional em favor do bem cultural. Na teoria skinneriana, o comportamento humano é tratado como produto inerente da relação do homem com seu ambiente, portanto faz-se necessário atentar-se às variáveis que o afetam e que controlam o seu comportamento.

O controle do comportamento, em linhas gerais, pode ser realizado de quatro formas distintas: (a) por contingências de reforço positivo, (b) contingências de reforço negativo, (c) contingências de punição positiva e (d) contingências de punição negativa. No controle intencional, é bastante explícita a preferência de Skinner pelo uso de procedimentos fundamentados nas contingências de reforço positivo. A justificativa skinneriana para insistir na recomendação do reforço positivo baseia-se no fato de que, aparentemente, procedimentos desse tipo não acarretam (ou acarretam muito menos) alguns subprodutos qualificados pelo autor como “indesejáveis”. Enquanto que o uso de procedimentos fundamentados nas outras três contingências, as aversivas, é criticado por ele por implicar em maiores prejuízos ao controlado devidos aos seus subprodutos indesejáveis e, além disso, porque, na maioria das vezes, beneficiam o controlador. Entre as técnicas aversivas de controle comportamental, a mais ampla, e duramente criticada por ele, é a punição positiva.

Quando se trata da relação face a face, não parece ser problemática a preferência skinneriana pelo uso de contingências de reforço positivo. Mas a questão remanescente se refere ao controle de grupos, visto que Skinner (1953/2000, 1971/1977) demonstrou a importância da cultura na vida humana, defendendo que o indivíduo é produto da cultura em que está inserido. Sendo assim, parece importante para o autor destacar que, ao se tratar do comportamento humano, é preciso entender: “[...] o efeito da *cultura total* [grifo do autor] sobre o indivíduo, no qual as agências de controle e todos os outros aspectos do ambiente social trabalham conjunta e simultaneamente, e com um único efeito” (p. 364).

As agências de controle foram por ele qualificadas como agências “melhor organizadas” em relação ao grupo como um todo, pois, geralmente, operam com maior sucesso por manipularem conjuntos particulares de variáveis. E mais, são responsáveis pela manutenção e planejamento de práticas que beneficiem o grupo como um todo. Portanto são elas as responsáveis por proporem planejamentos culturais e por se preocuparem com a aquisição do comportamento ético, entre outros.

Sendo assim, a presente pesquisa levanta a seguinte questão: Quando se trata do controle exercido pelas agências de controle, Skinner mostra-se, de algum modo, a favor de algum tipo de controle aversivo? Se o faz, em que situações isso ocorre? Para que fosse possível responder a esta pergunta, a preocupação desta pesquisa foi: (a) apresentar trechos de obras de Skinner em que ele descreve o uso do controle aversivo pelas agências de controle; (b) apresentar os efeitos, que Skinner descreveu, do uso do controle aversivo pelas agências de controle; (c) explicitar, quando for o caso, posicionamentos do autor a favor do uso do controle aversivo pelas agências de controle; e (d) distinguir, entre as posições do autor, aquelas que são a favor das que são contra o uso do controle aversivo pelas agências de controle.

MÉTODO

Para responder ao problema desta pesquisa, desenvolveu-se um estudo teórico-conceitual dividido em três passos.

O *primeiro passo* consistiu de uma seleção de textos skinnerianos, nos quais o autor apresentava conceitos e posicionamentos sobre controle aversivo e agências de controle. A busca pelo tema cultura foi acrescentada *a posteriori*, visto que, nos capítulos em que o autor tratava de agências de controle, estas não estavam suficientemente conceituadas para sustentar a discussão proposta nesta pesquisa. Foram encontrados seis capítulos referentes ao controle aversivo (Apêndice A) e doze capítulos referentes às agências de controle e cultura (Apêndice B).

O *segundo passo* consistiu da leitura e transcrição das informações levantadas. Após a leitura dos capítulos selecionados, foi realizado o registro das informações encontradas. Trechos em que o autor descreveu ou se posicionou acerca do controle aversivo foram registrados. Posteriormente, foi realizado o mesmo registro com os temas “agências de controle” e “cultura”. Foram transcritas partes dos textos em que o autor apresentava suas posições sobre o uso do controle aversivo pelas agências de controle.

No *terceiro passo*, as informações obtidas foram organizadas em quatro temas para apresentação e discussão dos resultados. A divisão dos temas foi realizada com o objetivo de evidenciar melhor as posições de Skinner.

Os temas foram definidos da seguinte forma: (a) descrições skinnerianas sobre o uso do controle aversivo pelas agências de controle; (b) posicionamentos de Skinner favoráveis ao uso do controle aversivo pelas agências de controle; (c) controle aversivo e controle ético; e (d) efeitos ineficazes e eficazes do uso do controle aversivo quando utilizado pelas agências de controle.

RESULTADOS

Na organização dos resultados obtidos procurou-se demonstrar que Skinner: (a) descreveu o uso do controle aversivo pelas agências de controle, (b) posicionou-se a favor do uso do controle aversivo pelas agências de controle em determinadas situações, (c) mostrou-se favorável ao controle ético, mesmo que este controle envolvesse uso de procedimentos aversivos e, (d) apresentou e descreveu efeitos eficazes e ineficazes do uso do controle aversivo, quando utilizado pelas agências de controle, de acordo com as categorias levantadas anteriormente no terceiro passo do método.

DESCRIÇÕES SKINNERIANAS DO USO DO CONTROLE AVERSIVO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE

O uso do controle aversivo sempre foi frequente como forma de controle social, como mencionado anteriormente, de acordo com Skinner (1953/2000, 1971/1977, 1973/1975). O que parece chamar a atenção é o fato de que, atualmente, são utilizadas formas mais veladas de controle. Skinner (1971/1977) chama a atenção para o fato de que as sanções primitivas ainda são comuns: “[...] as pessoas se controlam, por intermédio de censura ou acusação ao invés do elogio ou louvor; os militares ou a polícia detém as armas mais poderosas do governo; esporadicamente os devotos são lembrados do fogo do inferno, e os professores abandonaram a vara de marmelo para substituí-la por formas mais veladas de punição” (p. 49). Seguem exemplos, descritos por Skinner, de uso das contingências aversivas pelas agências de controle.

O USO DO REFORÇO NEGATIVO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE

Há várias formas de aumentar a probabilidade de o comportamento voltar a ocorrer, utilizadas pelas agências de controle. Skinner (1953/2000, 1973/1975) cita diversos exemplos do uso de reforço negativo por estas agências, com a finalidade de fortalecer certos comportamentos.

A agência *governo* utiliza procedimentos de reforço negativo no setor da Saúde, por exemplo. O condicionamento de estímulos neutros a estímulos aversivos é utilizado em campanhas de saúde, para que a resposta do indivíduo seja de fuga ou esquiva de determinadas situações que a agência julgue ser de risco. Exemplo disso são as propagandas de doenças sexualmente transmissíveis. A agência, possivelmente querendo enfraquecer comportamentos sexuais de risco de seus membros (i.e., de se relacionarem sexualmente com vários parceiros), associa fotos de prostitutas à aquisição de doenças. As fotos tendem a eliciar fortes reações emocionais típicas das respostas aos estímulos aversivos. Supõe-se que estas respostas são incompatíveis com o comportamento sexual de risco, podendo diminuir a probabilidade de que ele ocorra. Desse modo, ao desviar o olhar da prostituta, o indivíduo poderia estar sendo reforçado negativamente por cessar reações emocionais sentidas por ele (Skinner, 1953/2000).

De acordo com Skinner (1953/2000), o *governo* utiliza-se também de fortalecimento do comportamento “legal”, pela remoção de uma ameaça de punição contingente a ele. Estímulos neutros são condicionados para funcionarem como estímulos aversivos, de tal modo que, em sua presença, ocorram sentimentos de culpa e vergonha que são incompatíveis com o comportamento “ilegal”. Um exemplo seria os indivíduos não fumarem mais em locais fechados, porque estes contêm placas que advertem que o comportamento de fumar é, atualmente, ilegal. Neste caso, o fumar, provavelmente, traria sentimentos de culpa e vergonha aos indivíduos que seguem as leis governamentais.

Na *economia*, o uso de reforço negativo também se fundamenta no condicionamento de estímulos neutros. Relógios, que em outras situações são estímulos neutros, são utilizados como estímulos aversivos condicionados a fim de funcionarem como “avisos”, para uma ameaça de perder o emprego, caso o funcionário não chegue, ou não saia, no horário previsto pela empresa. Outros objetos como livros-ponto ou placas de avisos também funcionam como ameaças, caso as regras das empresas não sejam seguidas.

O uso do reforço negativo se estende a outras agências, como a *religião*. Essa agência, ao difamar um comportamento pecaminoso, pode alterar o comportamento do indivíduo visto que ele tende a se comportar de forma que a estimulação aversiva possa ser reduzida, sendo negativamente reforçado nesta relação de contingência. Como exemplo, pode-se citar o uso do álcool. Este, antes um estímulo neutro, torna-se um estímulo aversivo condicionado, por meio de regras impostas pela agência aos seus membros. O uso, ou apenas a aproximação de tal substância, pode gerar reações emocionais e, concomitantemente, sentimentos incompatíveis, denominados pelo autor “sentimentos de pecado”. Sendo assim, o indivíduo tende a se esquivar ou fugir de tal estimulação.

A *psicoterapia* foi a agência tratada pelo autor como aquela que se dispõe a tratar dos subprodutos, advindos do uso do controle aversivo pelas outras agências de controle. Skinner (1953/2000) entende que o uso de reforçamento negativo é, basicamente, o que mantém o indivíduo frequentando-a. Considerando-se que, em geral, a condição do cliente é aversiva, ir à terapia tende a aliviar tal condição.

Na agência *educação* o autor sugere, como exemplo, que os professores atentem ao que os alunos fazem assim que a aula termina. Se, contingente ao terminar a aula, os alunos pararem imediatamente de produzir, é muito provável que deixaram de se esquivar ou fugir por ter sido cessada uma estimulação aversiva (Skinner, 1973/1975). Outros padrões de reforço negativo podem ser encontrados entre as técnicas de controle utilizadas por esta

agência. Entre eles, alguns métodos que avaliam o conhecimento dos alunos, como as provas ou as perguntas feitas em sala, por exemplo. As provas, para alunos que têm histórico de notas baixas, podem ter passado de estímulos neutros a estímulos aversivos condicionados, visto que geraram notas baixas, bronca dos pais e professores, entre outras consequências aversivas. Assim, nesses casos, os alunos podem não estudar pelo conhecimento e sim para se esquivar de estimulações aversivas.

O USO DE PUNIÇÃO NEGATIVA PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE

Quando se trata da *economia*, a retirada de reforçadores positivos se dá em diversas situações nas quais contingente a um determinado comportamento do empregado reforçadores positivos são retirados e podem culminar com a própria perda do emprego, por exemplo. Sobre isso, Skinner (1953/2000) comenta que, atualmente, a agência de controle responsável pela economia não faz mais uso aparente de punição positiva, tal como em outros momentos históricos (e.g., no período colonial, com a escravidão, por meio do castigo físico dos escravos), mas sim por ameaça de perda de emprego, caso o trabalhador não responda de maneira adequada ao empregador. Nesse exemplo, o uso de punição negativa pode ser entendido como a utilização de um procedimento aversivo mais sutil, visto que, contingente à resposta do empregado, pode haver a perda de muitos reforçadores positivos decorrentes de sua condição de estar empregado. Nessa condição ele recebe o salário em dinheiro: um poderoso reforçador positivo generalizado. O *governo* utiliza-se de punição negativa como forma de controle em situações em que, contingente a determinado comportamento do indivíduo, confisca seus bens, priva-o de liberdade, entre outras formas. Contingente ao comportamento de roubar, por exemplo, há a retirada da liberdade. Ao dar esse exemplo, Skinner (1953/2000) pontua sua descrença nos efeitos enfraquecedores da punição lembrando que: um cidadão preso por apresentar comportamentos agressivos, não deixará de apresentá-lo necessariamente, depois de um tempo na prisão.

Na *educação* os reforçadores positivos podem ser indisponibilizados, de acordo com o comportamento dos alunos, de diversas formas. A agência pode estabelecer contingências nas quais os reforçadores positivos, tais como privilégios, aprovação e afeição, tornam-se indisponíveis. As regras são claras, se o aluno não se comportar de forma adequada, o professor poderá retirar esses reforçadores positivos. Se o professor funcionar

como uma fonte de reforçadores positivos para o aluno, retirar sua atenção funcionará como uma contingência de punição negativa (Skinner, 1953/2000, 1972/1975).

A *religião* tende a agir da mesma forma. Um comportamento julgado pecaminoso pode ser punido com um isolamento do indivíduo na igreja, perda de aprovação, de privilégios, entre outros. Formas mais radicais foram relatadas ao longo da história. Por exemplo, contingente a qualquer comportamento que a agência julgasse ser um pecado, havia a retirada de reforçadores positivos (e.g., comida) para pagar uma penitência.

O USO DA PUNIÇÃO POSITIVA PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE

Exemplos acerca do uso da apresentação de estímulos aversivos contingente ao comportamento que se deseja enfraquecer (punição positiva) pelas agências de controle, também são encontrados em Skinner (1953/2000). O *governo* consequencia o comportamento “ilegal” de diversas formas como: castigos físicos, pena de morte, trabalho forçado ou até de maneiras mais sutis como ter de apresentar-se à delegacia para prestar esclarecimentos. De acordo com o autor, esses métodos são utilizados quando o objetivo é o enfraquecimento do comportamento, visto que os procedimentos utilizados por esta agência, frequentemente, têm como foco o comportamento “errado” ou “ilegal”.

Na agência *economia* é comum que a estimulação aversiva contingente ao comportamento do empregado seja produzida pelo empregador. Skinner (1953/2000) entende que, nesses casos, a agência coloca o empregador como sendo fonte, ele mesmo, de estimulação aversiva contingente a qualquer comportamento do empregado que fique aquém de certas especificações, como baixa produção e atrasos. Como consequência desses comportamentos mencionados, frequentemente, há a presença do empregador a fim de diminuir a probabilidade de que o empregado se comporte da mesma maneira no futuro.

A *educação*, por vezes, tem como fonte de estimulação aversiva o professor. Assim como a presença do empregador na *economia*, o professor ou o diretor (dentre outras figuras de autoridade dentro de uma escola) pode, ele mesmo, funcionar como uma estimulação aversiva contingente a determinado comportamento de um aluno. Para o aluno, se comportar de determinada maneira e, por isso, ser chamado para ir até a sala da direção é, na maioria das vezes, fonte de estimulação aversiva. Segundo Skinner (1973/1977), por mais que punições físicas (e.g., palmatória) tenham sido abandonadas, há formas mais veladas de punir

que continuam sendo utilizadas na *educação*. Exemplos disso seriam determinados trabalhos que os alunos são forçados a fazer e os exames.

As contingências de punição positiva, de acordo com Skinner (1953/2000), são frequentemente construídas através de superstição (na qual o evento não tem relação com a consequência) pela agência *religião*. Esta agência utiliza-se de situações em que não há relação de contingência, apenas de contiguidade, para o indivíduo não mais se comportar de determinada forma. Isto acontece por meio do estabelecimento de uma “relação” em que um comportamento do indivíduo (e.g., não ir à igreja) causou a apresentação de uma estimulação aversiva (e.g., bater o carro).

POSICIONAMENTOS DE SKINNER FAVORÁVEIS AO USO DO CONTROLE AVERSIVO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE

Como alternativas aos procedimentos que utilizam estimulação aversiva, Skinner (1948/1977, 1953/2000), normalmente, recomenda o uso do reforço positivo. Para o autor, a principal vantagem desse procedimento é ensinar novas formas de agir sem gerar os subprodutos típicos do controle aversivo. Por suas posições acerca das vantagens do uso de reforçamento positivo, Skinner é, naturalmente, visto como seu grande defensor. O perigo desse fato é que, normalmente, conclui-se, em decorrência disso, que Skinner é contra o uso de contingências aversivas *em qualquer situação*, ou seja, é contra o seu uso de forma absoluta. Pareceu importante para o próprio autor, posicionar-se em relação a isso: “Eu sou frequentemente visto como opositor a todas as formas de punição, e eu gostaria de fazer a seguinte correção. Punição é usualmente utilizada para a vantagem do punidor, mas há exceções, e, às vezes, elas são justificáveis” (Skinner, 1988 apud Griffin, 1988). Essa citação é parte de uma entrevista dada por ele que se encontra, na íntegra, no Anexo A.

Nessa entrevista, Skinner mostra-se favorável ao uso do controle aversivo em determinadas situações, e mostra-se contrário *ao seu uso indiscriminado*, principalmente em relação à forma como a sociedade utiliza procedimentos de punição. Ressalte-se que o autor enfatiza que um dos males das contingências aversivas, particularmente do procedimento de punição, é sua utilização ser em favor de quem pune.

Sendo assim, é possível notar algumas variações nas posições de Skinner ao longo de sua obra, quanto às restrições feitas por ele em relação ao uso do controle aversivo. Verifica-se, em alguns trechos de sua obra, demonstrações de que o uso de práticas que envolvam controle aversivo pode ser eficaz.

Ao discutir alternativas à punição, por exemplo, Skinner (1971/1977) critica uma das práticas usuais que partem do princípio de que, para tomar boas decisões, crianças precisam antes entrar na idade da razão. Sobre isto ele diz: “mas isto significa simplesmente que ambientes seguros e punições são as únicas medidas viáveis até que as crianças sejam expostas a contingências que lhes deem outras razões para se portarem bem.” (Skinner, 1971/1977, pp. 56-57).

Nesse trecho é possível que o autor tenha se referido aos riscos que as crianças correm, ao se exporem a contingências sem algum aprendizado prévio, que podem ser minimizados com ambientes seguros. E mais, pode ainda se referir ao arranjo de

procedimentos punitivos para a sua proteção, uma vez que esse procedimento tem efeito rápido, o que parece necessário para a efetividade que tais situações exigem.

A mesma posição do autor foi encontrada em sua entrevista: “Se estimulação aversiva breve e não perigosa, feita precisamente contingente ao comportamento autodestrutivo ou outro comportamento excessivo, suprime o comportamento e deixa a criança livre para desenvolver-se de outras maneiras, eu acredito que seja justificado” (Skinner, 1988 apud Griffin, 1988). O argumento do autor é baseado no fato de que sem o uso de estimulação aversiva, nesses casos, crianças envolvidas em comportamentos perigosos ou desvantajosos podem ser mais prejudicadas com o comportamento inadequado do que com punições leves.

Uma possível eficácia do uso do controle aversivo também pode ser demonstrada na agência *educação*. Skinner (1972/1975) afirma que as contingências aversivas podem proporcionar ao aluno oportunidade para:

[...] aprender a ajustar-se ao desagradável e doloroso, a agir eficazmente sob ameaças, a submeter-se à dor; mas, essas contingências não têm sido planejadas para estes propósitos. Como indicava Rousseau, pode-se ensinar a criança a lidar com estimulação aversiva, mas as contingências requeridas não são facilmente compatíveis com as contingências planejadas para ensinar novas coisas (p. 97).

O autor afirma ser difícil evitar todas as formas de punição. Sendo assim, o problema em questão está relacionado à severidade desses procedimentos. O mesmo argumento embasa a ideia da eficácia do uso do controle aversivo na agência de controle *psicoterapia*. Skinner (1953/2000) entende que esta agência surge para minimizar os efeitos do uso do controle aversivo. Mas admite o uso do controle aversivo pelo psicoterapeuta em situações específicas. Isso se deve ao fato de que um dos papéis que o terapeuta deve desempenhar, semelhante ao do educador, está voltado para a construção de um repertório que seja eficiente no mundo em que o paciente vive. Se o controle aversivo mostrar-se excessivo na vida do indivíduo, o terapeuta deverá se comportar de modo que o cliente fique menos sob o controle de contingências nas quais foram utilizados esse tipo de controle. Todavia, se o problema do indivíduo estiver relacionado não ao excesso de controle, mas sim à falta, o papel do terapeuta seria fornecer variáveis controladoras adicionais, que provavelmente incluiriam contingências aversivas.

O estabelecimento do repertório de autocontrole também é tratado como um papel do terapeuta, conforme apontado pelo autor: “[...] um repertório eficaz, particularmente

dotado de técnicas de autocontrole, deverá ser construído” (Skinner, 1953/2000, p. 417). Os objetivos desse profissional estariam relacionados à capacidade do paciente se ajustar às contingências da vida cotidiana à medida que elas surgissem. Como, por exemplo, ensinar o paciente a evitar ocasiões nas quais seja provável de se comportar de maneiras puníveis. No tratamento de um indivíduo com problemas em relação à compulsão por compras, pode ser dada a instrução de não ir até *shoppings*. Neste caso, pode ser utilizado o reforço negativo através do condicionamento de estímulos neutros a estímulos aversivos condicionados, a fim de que o cliente consiga se esquivar de situações que sejam prejudiciais a ele mesmo.

O uso do controle aversivo na *psicoterapia* poderia ser necessário, também, nos casos em que o indivíduo tivesse sido reforçado por comportamentos desvantajosos (i.e., perigosos) ou por apresentar em seu repertório subprodutos indesejáveis do uso do reforçamento positivo. Isto poderia ocorrer, pois, em algumas situações típicas, o reforço positivo pode produzir formas de comportamento deficiente ou ineficaz. Por exemplo, uma criança pode ser positivamente reforçada pelos seus pais, quando se cala em uma dada situação, esperando que os pais falem por ela. Comportamentos de dependência, como este citado, podem ser ineficazes para o grupo e para a própria criança, visto que seria útil se ela desenvolvesse um repertório de solução de problemas para que agir mais eficazmente em outras situações. Como Skinner (1953/2000) aponta:

O reforço positivo em situações típicas produz formas de comportamento deficiente ou mesmo incapaz. Por exemplo, o reforço social fornecido por uma determinada pessoa pode se tornar muito poderoso, e pode ser contingente a um comportamento que não seja eficiente na vida comum (p. 415).

Normalmente a *psicoterapia*, de acordo com Skinner (1953/2000), tende a entrar em conflito com as demais agências, em especial com o *governo* e a *religião*, por restabelecer certa “dose” de comportamento egoísta no indivíduo. Mas a agência “concordará que o comportamento egoísta deve ser suprimido pelo grupo e pelas agências que operam dentro do e para o grupo, e deve preparar o paciente para aceitar esse controle” (p. 405).

Além de se mostrar favorável ao uso do controle aversivo, como técnica comportamental em determinadas situações, foram encontrados, em obras de Skinner, trechos nos quais o autor sugere que a exposição às contingências aversivas é inerente às relações humanas. E mais, que o controle aversivo é um processo comportamental natural. Em *Walden*

II, por exemplo, Frazier³ afirma que, em determinadas situações, não é possível proteger os membros da comunidade da exposição à estimulação aversiva, como é o caso em uma separação de casal. Ele entende que sentimentos de tristeza, naturalmente, podem acompanhar um abandono e nada se poderia fazer sobre isso. Pode-se interpretar que a pessoa abandonada tenha perdido uma fonte de reforçadores positivos (i.e., o companheiro), e os sentimentos de tristeza poderiam, então, ser tratados aqui como os subprodutos indesejáveis do controle aversivo tratados por Skinner (1953/2000). Neste caso, pode-se dizer que a comunidade não possui controle de certas relações de contingência entre seus membros e que não poderia poupá-los de vivenciar tais situações, quando aversivas. Assim, parece que os membros da comunidade deveriam “aprender” a tolerá-las.

Situações aversivas também estão sujeitas a acontecer mesmo em uma comunidade que tenta proteger seus membros da aversividade da vida cotidiana. Os sentimentos ruins seriam experienciados e o máximo que poderia ser feito nesta situação, de acordo com o protagonista de *Walden II*, seria dar suporte à pessoa abandonada. Assim, nas relações interpessoais, descritas no romance (Skinner, 1948/1977), mesmo com o reforço positivo, que é a técnica de controle mais utilizada, há a presença do controle aversivo em diferentes momentos.

Do exposto, parece plausível concluir que a sociedade alternativa de *Walden II* tenta minimizar o grau de aversividade das ações das agências de controle e das relações interpessoais, visto que são sugeridas práticas alternativas ao uso de técnicas aversivas, por meio do uso dos princípios da Análise do Comportamento. Nessa obra, sob a voz de seu protagonista “Frazier”, ele defende o uso do reforço positivo, como alternativa às contingências aversivas no controle do comportamento, e critica as práticas aversivas comuns na cultura atual (e.g., práticas educacionais, governamentais, etc.). No entanto, não parece ter sido possível a abolição total da exposição das pessoas às estimulações aversivas e aos seus subprodutos. Até mesmo em *Walden II*, que é uma obra fictícia e utópica, pareceu no mínimo difícil construir uma sociedade sem qualquer uso de técnicas e de exposição às contingências aversivas. Em muitos momentos, ficou implícito o uso destas contingências pelos responsáveis pela comunidade. O problema do uso do controle aversivo, para Skinner (1953/2000), parece ser o de que “as técnicas baseadas no uso da força, particularmente a punição ou a ameaça de punição, são aversivas por definição e as técnicas que apelam para

³ “Frazier” é o protagonista do romance *Walden II* que apresentou essa comunidade alternativa.

outros processos também são censuráveis quando, comumente acontece, a vantagem final do controlador se opõe ao interesse do controlado” (p. 351).

Assim, como foi demonstrado em alguns momentos de sua obra, Skinner reconhece a eficácia do uso do controle aversivo pelas agências de controle. Isto se justifica quando os objetivos estão relacionados ao bem estar do controlado e da cultura na qual ele está inserido. Além disso, sugeriu que a exposição às contingências aversivas é inerente à vida em sociedade, parecendo impossível a vida humana sem nenhum grau de aversividade.

CONTROLE AVERSIVO E CONTROLE ÉTICO

Na seção anterior foram descritos alguns posicionamentos de Skinner a favor do uso do controle aversivo. Como foi visto na introdução, Skinner (1953/2000) se mostrou favorável também ao controle ético pelo bem da cultura e do grupo. Esta subseção descreve o controle ético particularmente em suas relações com o controle aversivo.

O controle ético é um modo frequente e poderoso de qualquer grupo controlar o comportamento de cada um de seus membros. É realizado pelo uso de expressões que classificam o comportamento dos indivíduos como “bom” ou “mau”. Frequentemente, é realizado pelas agências de controle, como o demonstrou Skinner (1953/2000):

O grupo exerce um controle ético sobre cada um de seus membros através, principalmente, de seu poder de reforçar ou punir. O poder deriva do número e da importância de outras pessoas na vida de cada membro. Geralmente o grupo não é bem organizado, nem seus procedimentos são consistentemente mantidos. Dentro do grupo, entretanto, certas *agências de controle* (grifo nosso) manipulam conjuntos particulares de variáveis. Essas agências são geralmente mais bem organizadas que o grupo como um todo e, frequentemente, operam com maior sucesso (p. 363).

O controle ético visa, comumente, a supressão do comportamento egoísta e o aumento da probabilidade do indivíduo se comportar altruisticamente (i.e., colocando o bem do grupo em primeiro lugar). Os “bons” comportamentos são reforçados e os “maus” punidos. Este mesmo tipo de controle é utilizado por diferentes agências. O que difere é que o “bom” e “mau” comportamento é tratado como “legal” e “ilegal” pelo *governo*, “virtuoso” e “pecaminoso” pela *religião* e, “certo” e “errado” pela *educação*. Como foi mencionado, normalmente, o controle ético implica no uso de contingências aversivas aplicadas ao controlado.

Skinner (1953/2000) demonstrou como o uso de códigos pode ser uma maneira de controlar, eticamente, os membros de um grupo. Códigos são instituídos para serem respeitados, como no caso do código civil, dos mandamentos, do código de trânsito, dos currículos experimentais educacionais, entre outros. Os códigos apresentam os comportamentos adequados e inadequados, bem como o que irá acontecer se o indivíduo não respeitar as “regras” neles descritas. Firmam o que deve ser reforçado ou punido a partir daquele momento. Isso é a explicitação da contingência entre o comportamento e a consequência que vem posteriormente. Os códigos visam, em alguns momentos, fortalecer

determinada forma de comportamento e, em outros momentos, diminuir a probabilidade dos indivíduos se comportarem de outras formas.

As especificações de comportamentos (i.e., os códigos) parecem ser, muitas vezes, úteis para a sobrevivência cultural e, portanto, recomendados por Skinner (1948/1977, 1953/2000). Por exemplo, um código de trânsito descreve que dirigir a mais de 60 Km/h, em determinados locais, não é um comportamento aceitável, portanto ilegal. Não respeitar esse código implica em punição por parte do *governo*. Multas, apreensão do automóvel, perdas de pontos na carteira, são punições que visam restringir o comportamento ilegal.

O controle ético foi utilizado em *Walden II* (Skinner, 1948/1977) por meio do “Código Walden”, no qual os integrantes da comunidade não poderiam apresentar determinados comportamentos e nem falar sobre determinados assuntos com os visitantes. Skinner (1971/1977) ressalta que o comportamento do indivíduo nem sempre está sob controle de contingências atuais explícitas. No entanto, para o senso comum, fica a impressão de que o controle que está em vigor é originado no interior da pessoa. Assim, as causas do comportamento ético tendem a ser atribuídas a alguma essência interior (i.e., oculta) que controla o comportamento.

Mas a ausência de um supervisor é facilmente mal interpretada. Comumente se diz que o controle se torna internalizado, que é apenas uma outra forma de dizer que passa do ambiente para o homem autônomo, mas o que acontece é que se torna menos evidente (p. 54).

Ao especificar que os integrantes de tal comunidade parecem não estar sob o controle de contingências atuais explícitas e relacionadas ao “Código Walden,” o autor sugere que a aquisição e manutenção do comportamento se deu mediante o controle ético, e este tem como procedimento reforçar ou punir comportamentos julgados adequados ou inadequados, respectivamente. Assim, mesmo o controle ético sendo benéfico a uma cultura e ao grupo, portanto recomendado por Skinner (1948/1977, 1953/2000), sua aquisição não deixa de ter ingredientes com um certo grau de controle aversivo. Isto seria necessário para a restrição de comportamentos que colocam em risco o bem estar e a integridade de seus membros e a sobrevivência cultural.

Outra forma de manutenção do controle ético seria os membros de uma dada cultura adquirirem um repertório de autocontrole. De acordo com Skinner (1953/2000) é com ele que o indivíduo tem a possibilidade de controlar seu próprio comportamento como controla o de qualquer outro indivíduo: por meio de manipulação de variáveis das quais o

comportamento é função. A probabilidade de cada membro de uma comunidade apresentar comportamento de autocontrole está diretamente relacionada às consequências que essa comunidade dispõe. É ela a responsável por tal ocorrência.

Skinner (1953/2000) descreve que há várias formas de aprendizado de autocontrole que envolvem contingências aversivas e positivas. Contudo, devido aos objetivos da presente pesquisa, serão descritos aqui apenas os resultados que se referem às contingências aversivas. O uso de estimulação aversiva é comum para controlar o próprio comportamento. O autor descreve situações como a de deixar um despertador programado para acordar, como uma estimulação aversiva. Uma simples ordem, como pontua o autor, o “levante-se” pode fazer com que o indivíduo se levante na hora. O obedecer a si mesmo ou a preparação de estimulação aversiva contingente ao próprio comportamento é uma previsão do que poderia ocorrer e um plano de ação para que não aconteça o previsto, no caso, “perder a hora” de levantar-se, evitando, assim, todos os prejuízos que decorreriam disso.

O condicionamento operante pode ser autoadministrado se o indivíduo, diante de uma contingência em que tenha a possibilidade de gerar reforço, o posterga por se sentir reforçado pelas consequências de seu próprio comportamento de postergar. Uma estudante pode se privar de sair com os amigos até que termine sua dissertação. Será um autorreforço se a estudante, em situações semelhantes no futuro, se comportar de uma mesma forma. A extinção será tratada como autoextinção se o indivíduo quebrar a conexão entre a resposta e o reforço (Skinner, 1953/2000).

Skinner (1948/1977) apresentou como a agência *educação* de uma comunidade utópica intervia para que crianças pudessem adquirir autocontrole: elas eram colocadas frente à mesa de jantar, tendo em seu campo de visão uma sopa quente. Como isso era feito na hora das refeições, pode-se inferir que as crianças estavam privadas de comida há algumas horas. O procedimento realizado era deixá-las esperar algum tempo antes de comer a sopa. O tempo de espera era gradualmente aumentado com o passar dos dias. O mesmo procedimento era aplicado pela mesma agência de controle, em relação a pirulitos. As crianças recebiam seus pirulitos e tinham que esperar um determinado tempo para que pudessem ingeri-los.

Esses procedimentos de aquisição de autocontrole, conforme explicados por “Fraizier”, tinham como um de seus objetivos o desenvolvimento de “tolerância à frustração”. Mais à frente, ele justifica: “podemos criar tolerância à frustração introduzindo dificuldades gradualmente, conforme a criança cresce, se torna bastante resistente para suportá-las”

(Skinner, 1948/1977, p. 100). Nesses procedimentos, pode-se dizer que está presente a exposição das crianças à estimulação aversiva, supondo-se, neste caso, que seus efeitos e subprodutos são socialmente desejáveis.

A partir do comentário do protagonista de Walden II, pode-se entender que o objetivo do procedimento era fazer com que a criança “se frustrasse” (e.g., suportasse não comer na hora que desejasse, sem chorar ou pedir). Ao ter que esperar para comer, mesmo estando provavelmente com alta motivação para isso devido a um estado de privação, a criança deveria aprender a suportar a estimulação aversiva de suas respostas corporais, fossem elas dores no estomago ou sentimentos (e.g., “irritação”, por não ter o que desejava). Esse exemplo demonstra como pode ser ensinado um comportamento de autocontrole.

Nesse caso, percebe-se que, mesmo o procedimento gerando estimulação aversiva, as crianças, com o passar do tempo, tolerariam essas situações de modo mais eficaz. Para a comunidade não haveria produção dos subprodutos indesejáveis, comumente presentes nas contingências em que ocorria a exposição à estimulação aversiva. Isso se deve ao fato de que os seguintes cuidados eram tomados: (a) aumento gradual no tempo de exposição, (b) o procedimento tinha cunho educativo e (c) o benefício era voltado ao controlado e à comunidade (visto que seria reforçador para todos, em longo prazo, que os indivíduos apresentassem comportamentos de autocontrole).

Procedimentos específicos de punição também podem ser enquadrados como procedimentos de autocontrole, se uma estimulação aversiva autogerada for contingente a uma dada resposta. Um indivíduo que se engaja em um comportamento que julga inadequado pode se comportar de forma que não ocorra mais o comportamento inadequado, se autopunindo (e.g., autoflagelo).

Como mencionado, o grupo reforça positivamente determinados aspectos do comportamento do indivíduo, como no caso do autocontrole, mas também pune comportamentos quando não se mostram vantajosos para o grupo como um todo. O comportamento que é vantajoso para o indivíduo, e não ao grupo, sofre a tentativa de ser, pelo menos temporariamente, suprimido. Se o indivíduo mantém determinado comportamento para sua própria vantagem e não para a do grupo, Skinner entende que este comportamento funciona como vantagem para o indivíduo à custa dos outros. Sendo assim, a punição acaba sendo a principal variável nos procedimentos que ensinam comportamentos de autocontrole, ou seja, nos procedimentos que reduzem o controle comportamental por reforço primário e imediato, enquanto induzem comportamento controlado por reforço postergado.

De acordo com Skinner (1953/2000, 1971/1977), o controle ético é importante e até recomendado para benefício das culturas. Para tanto, são necessários procedimentos que não apenas controlem abertamente o comportamento dos membros, mas também a aquisição de um repertório de autocontrole, uma vez que, depois de adquirido, não se faz mais necessária a presença de um controlador:

[...] o grupo ético e as agências religiosas e governamentais não podem estabelecer simplesmente formas boas, piedosas ou legais do comportamento, mas devem também estabelecer processos de autocontrole que habilitarão o próprio indivíduo a chegar ao comportamento bom, piedoso ou legal em novas ocasiões e na ausência dos membros do grupo ou da agência. Do mesmo modo, a instituição educacional não pode se contentar meramente com o estabelecimento de repertórios padrões de respostas certas, mas deve estabelecer também um repertório com o qual o estudante pode chegar, por assim dizer, à resposta certa sob novas circunstâncias e na ausência de representantes da agência. (Skinner, 1953/2000, p. 447).

Assim, pode-se concluir que Skinner (1953/2000, 1971/1977) tratou o controle ético como benéfico e recomendável para a cultura que se importa com sua própria sobrevivência. Mesmo que esse tipo de controle envolva, algumas vezes, procedimentos aversivos, eles garantem que o bem de todos predomine ao bem estar de um único indivíduo.

EFEITOS INEFICAZES E EFICAZES DO CONTROLE AVERSIVO QUANDO UTILIZADOS PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE

A posição geral de Skinner (1953/2000, 1971/1977) é a de que as técnicas de punição, assim como o procedimento de reforçamento negativo, quando utilizados no controle social intencional, geralmente, apresentam efeitos indiretos. Tais subprodutos são considerados pelo autor como “lamentáveis” e ineficazes, pois trazem desvantagens tanto para o controlador quanto para o controlado. Porém, o autor apresentou alguns efeitos do controle aversivo que foram tratados como eficazes. Sendo assim, serão descritos a seguir alguns efeitos eficazes e ineficazes do seu uso, quando utilizados pelas agências de controle, segundo Skinner (1953/1971, 1971/1977, 1973/1975).

EFEITOS INEFICAZES DO CONTROLE AVERSIVO QUANDO UTILIZADO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE: UM EXEMPLO NA EDUCAÇÃO

A resposta de fuga de procedimentos conduzidos por agências de controle pode se dar por meio da não retirada física do indivíduo de uma situação, mas por descrença, por exemplo. Quando se trata da agência *educação*, Skinner (1953/2000, 1972/1975) cita ainda outras formas de esquiva ou de fuga. Quando a escola torna-se aversiva para o aluno, ele pode deixar de ir à aula, esquecer o que aprendeu, destruir a escola ou, até mesmo, tentar acabar com a própria vida. A utilização de drogas pode ter caráter de fuga, quando é utilizada para propiciar a remoção de estímulos aversivos (o autor entende que estímulos autogerados podem ser suprimidos pelo efeito do álcool). Vale ressaltar que, posteriormente, pode ser que o indivíduo utilize drogas para fugir de estimulações aversivas, autogeradas pelo próprio estado de abstinência.

Outros efeitos indiretos, ineficazes, do controle aversivo exercido pela agência *educação*, foram citados por Skinner (1953/2000). Um deles é a resistência passiva, que seria não se comportar de acordo com os procedimentos dos controladores, o que, em geral, tem como contrapartida o fato de que a agência intensifica os procedimentos então adotados. Um segundo tipo de efeito ineficaz inclui diversas respostas emocionais. Uma delas é o medo que, segundo o autor, seria uma seqüela emocional da fuga e da esquiva, por sua origem ser concomitante a elas. O problema maior desse efeito é o fato de que o medo pode ser generalizado a outros estímulos ou pode se tornar crônico (e.g., no caso das fobias). Já os

sentimentos de ira e de raiva são descritos pelo autor como sequelas emocionais do contracontrole. Na ocorrência de emoções, além de haver respostas eliciadas por glândulas e músculos lisos, há maior disposição para a agressão e menor probabilidade de ocorrência de outros comportamentos eficazes. Um exemplo disso é a depressão, compreendida aqui como uma condição em que padrões produtivos de comportamento são inibidos por fortes predisposições emocionais. Cabe ressaltar que, no que se refere à resistência passiva, é possível que, ao contrário do que o autor afirmou, ela possa, eventualmente, beneficiar o indivíduo tanto quanto o faz o contracontrole, conforme ele mesmo já pontuou em (Skinner, 1971/ 1977). Neste caso, o contracontrole seria ineficaz apenas para a agência.

Na lista dos efeitos ineficazes do controle aversivo encontram-se, ainda, a inibição e deficiências em discriminação e em autoconhecimento. Ou seja, a punição repetida pode produzir o que Skinner (1953/2000) denomina um indivíduo “inibido”. Isso seria explicado nos termos de ter medo de fazer algo, como no caso de, após um acidente, o indivíduo ter um cuidado excessivo ao dirigir ou, em casos mais extremos, ficar “paralisado pelo medo” (i.e., não se comportar mais de determinada maneira, não dirigir mais).

Skinner (1953/2000) descreve a discriminação deficiente como sendo a relação de contingência na qual o indivíduo responde discriminativamente de maneira ineficiente ou inexata. Tal ocorrência pode derivar-se de contingências nas quais o comportamento foi severamente punido.

O autoconhecimento deficiente seria uma reação deficiente em relação aos estímulos gerados pelo seu próprio comportamento nas relações vividas por alguém. São tratados pelo autor como a eliciação de comportamentos incompatíveis com o que está ocorrendo.

O controle aversivo pode, ainda, apresentar como efeito indireto, alguns comportamentos que foram citados por outras teorias, os quais Skinner (1953/2000) tentou explicar dentro das especificações da Análise do Comportamento. Exemplos disso são: o comportamento de reprimir-se (i.e., não agir e não “ter consciência” de que sente determinado desejo), a formação de reação (i.e., tratada como engajar-se em comportamentos incompatíveis com o punido), a racionalização do comportamento (i.e., justificar que o comportamento é aceitável), a sublimação (i.e., que seria o empenhar-se em atividades substitutas, nas quais a ocorrência do comportamento não é censurável), a fantasia e o sonhar (i.e., nos quais o indivíduo se comporta encobertamente da maneira em que seria punido, caso se comportasse abertamente), dentre outros. Outro exemplo seria o que Skinner (1953/2000)

chamou de “gracejar agressivamente”, tratado pelo autor como o engajamento em comportamentos com a mesma função da agressão, mas livre de punição. Há, ainda, o efeito de identificar-se com pessoas que fazem o que gostariam de fazer, que seria a projeção do desejo de se comportar de determinada forma no comportamento de outrem.

Esses efeitos citados têm caráter ineficaz, pois a própria reação emocional que ele produz interfere no operante a ser reforçado, como foi mencionado anteriormente. O que parece ser perigoso visto que, assim, o comportamento que ocorre não está de acordo com a relação de contingência presente.

EFEITOS EFICAZES DO CONTROLE AVERSIVO QUANDO UTILIZADO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE

Existem ainda, conforme Skinner (1953/2000), outras formas mais eficazes de se evitar a punição, que são arranjadas pelas agências de controle. Acredita-se que estas formas (que serão descritas a seguir) são mais eficazes por, aparentemente, não ocorrer o comportamento que será punido e, assim, não produzir os subprodutos indesejáveis. Portanto, são respostas que o indivíduo aprendeu de acordo com uma história de reforçamento anterior com as agências, o que sugere que contingências aversivas participaram dessa história.

A evitação (i.e., esquiva) de situações em que o comportamento poderá ocorrer pode ser eficaz, de acordo com o autor. Um alcoolista, por exemplo, deve aprender a evitar situações em que a probabilidade seja mais alta de beber. A *psicoterapia*, como uma agência de controle pode ensinar o indivíduo a evitar lugares como bares e amigos que bebem, por exemplo. Estratégia esta que parece ser útil se o objetivo é não ingerir álcool. Mas para tanto é necessário que, anteriormente, tenha sido realizado um condicionamento de estímulos neutros para estímulos aversivos condicionados a fim de que o alcoolista aja de forma eficaz.

Ter o esclarecimento da relação entre o comportamento e suas consequências também pode ter efeitos julgados eficazes em relação ao controle do comportamento para Skinner (1953/2000). Ao controlar o comportamento de um indivíduo que furta, por exemplo, o *governo* e a *igreja* podem esclarecer-lhe a relação de contingência, descrevendo que o ato de furto terá como consequência sua prisão ou o inferno, respectivamente. Sendo assim, o indivíduo pode agir a fim de se esquivar da ameaça de punição contingente a esse comportamento.

Outro efeito que Skinner (1953/2000) tratou como sendo eficaz no controle aversivo, caso faça parte do repertório do indivíduo, seria a mudança do ambiente, de modo que a probabilidade do comportamento ocorrer seja menor. No caso de um pedófilo, por exemplo, as agências o proibem de morar ou trabalhar próximo de locais em que haja concentração de crianças, como escolas e parques.

A respeito dos efeitos indiretos do uso de controle aversivo, aqui apresentados, cabe ressaltar que, o modo como o indivíduo é controlado é uma variável muito relevante para os prejuízos que este controle possa trazer. Skinner (1953/2000) descreve:

o controle exercido pelo grupo e pelas agências religiosas e governamentais, bem como o exercido pelos pais, empregadores, sócios e etc., restringe o comportamento egoísta primariamente reforçado no indivíduo. E é exercido exatamente por essa razão. Entretanto, certos subprodutos não resultam em vantagem para o controlador e muitas vezes são prejudiciais tanto para o indivíduo quanto para o grupo. *São especialmente encontrados onde o controle foi excessivo ou inconsistente* (grifo nosso). (p. 391).

Sendo assim, parece importante destacar que Skinner afirma que os efeitos diretos e indiretos do uso do controle aversivo e sua classificação, como eficaz ou ineficaz para o indivíduo, decorrem do tipo de controle que o controlado está sofrendo e de determinadas especificações (e.g., excesso e inconsistência). Os efeitos do controle aversivo que foram descritos na introdução podem se mostrar eficazes em determinadas situações. Por exemplo, se em pouca intensidade e naqueles casos em que for priorizado controlar comportamentos muito inadequados, ou até perigosos para o próprio indivíduo..

DISCUSSÃO

O propósito desta pesquisa foi verificar se Skinner, ao tratar das agências de controle, mostrou, de alguma forma, favorável ao uso do controle aversivo. Foram encontrados diversos pontos nos textos skinnerianos que permitem afirmar que, em determinadas situações, Skinner (1953/2000, 1971/1977, 1972/1975) aceitou e, em algumas, até recomendou o uso de controle aversivo, no controle grupos pelas agências de controle.

Dos resultados expostos anteriormente, foram selecionados alguns aspectos para discussão: (a) a sobrevivência cultural como justificativa para a utilização do controle aversivo pelas agências de controle na visão skinneriana; (b) o que torna questionável o uso do controle aversivo para Skinner; (c) condições nas quais o uso de procedimentos aversivos pelas agências de controle é aceito ou recomendado por Skinner; e (d) algumas questões particulares à punição.

A SOBREVIVÊNCIA CULTURAL COMO JUSTIFICATIVA SKINNERIANA PARA A UTILIZAÇÃO DO CONTROLE AVERSIVO PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE

Skinner (1953/2000, 1971/1977) considerou o controle do comportamento como inerente às relações humanas, e recomendou o controle intencional quando se trata de controle de grupos. A recomendação deveria seguir um importante critério: o controle deveria beneficiar a sobrevivência cultural. Como foi visto, são as agências de controle, integrantes de uma cultura, que são responsáveis por proteger a cultura de práticas que lhe são letais (e.g., superpopulação, devastação do meio ambiente, poluição, etc.) e por reforçar práticas que são favoráveis aos indivíduos e às culturas (Abib, 2001). Portanto, são responsáveis por planejar culturas (i.e., produzir novas práticas ou extingui-las).

Entende-se que a preocupação maior de Skinner, ao adotar esse critério, não foi a não utilização de procedimentos aversivos, uma vez que não se baseou no que é reforçador ou punitivo aos indivíduos, e sim no que é importante para a sobrevivência da cultura. E sua sobrevivência está relacionada ao modo com que seus membros aprendem, utilizam e transmitem seus valores. Sua força depende de práticas voltadas à qualidade de vida dos seus membros como: nível de interesse de seus membros, motivação, disposições emocionais e repertório comportamental de autocontrole e de autoconhecimento.

Abib (2007) e Dittrich e Abib (2004) ressaltaram que Skinner adota a sobrevivência como maior valor em sua ética, todavia isso remete a dois aspectos importantes: o primeiro diz respeito ao fato de que a cultura, portanto as agências de controle, prezam no fim das contas o ser humano visto que: “as consequências culturais são produtos de práticas culturais que as selecionam porque têm valor de sobrevivência e porque produzem sensações e sentimentos de prazer e alívio de dor para os grupos sociais.” (Abib, 2007, p. 62). Um segundo aspecto a ser levantado, quando se trata da sobrevivência de uma cultura, relaciona-se ao fato de que, no sistema ético skinneriano, todos os valores (com exceção da sobrevivência cultural) são provisórios e flexíveis, visto que “as contingências que determinam o que será ou não bom para uma cultura mudam com o passar do tempo” (Dittrich & Abib, 2004, p. 429).

O que leva um indivíduo a agir de forma que beneficie o grupo como um todo, depende não só da disponibilidade para se comportar, mas do que as agências programam para tal, como o controle ético. Isso parece sugerir que Skinner entendeu que certas variáveis devam ser manipuladas para que a cultura se automantenha, papel este

desempenhado pelas agências de controle. Segundo com Dittrich (2004), as agências de controle são versões mais refinadas do controle grupal, cuja utilização resulta em maior eficácia no controle do comportamento.

Preocupado com as implicações das ações dos indivíduos no futuro da humanidade, Skinner mostrou-se favorável ao planejamento de contingências que propiciem esse bem (o futuro da humanidade). O planejamento poderia corrigir os problemas que uma cultura enfrenta, introduzindo contingências que possibilitem comportamentos úteis à sua sobrevivência, de acordo com especificações aceitáveis. O autor tratou o planejamento e o controle intencional do comportamento humano como essenciais para que a espécie e a cultura continuem a se desenvolver, uma vez que, “[...] nada garante que estamos em direção a um mundo melhor” (p.131). E são nestas condições que foram encontradas posições de Skinner favoráveis ao uso do controle aversivo pelas agências de controle.

O conceito de planejamento cultural tem uma dimensão política, de acordo com Dittrich e Abib (2004), pois envolve um projeto de ação para a concretização de tais ideais éticos. Utilizar a Análise do Comportamento para trabalhar em benefício de uma cultura significa, para esses autores, fazer intervenções (i.e., agir) e essas ações têm implicações políticas. No entendimento desses autores, os analistas do comportamento são agentes políticos, pois suas ações têm implicações éticas e políticas. Portanto: “devem reconhecer e respeitar valores alheios – mas, não precisa, em nome disso, abrir mão de promover seus próprios valores.” (p. 431). Assim, defendem que os analistas do comportamento devem agir em prol de sua cultura, todavia, devem conhecer como vive a população com a qual trabalha e quais são suas necessidades.

Na visão de Dittrich e Abib (2004), o trabalho do analista do comportamento deve buscar o equilíbrio de duas classes de valores: de um lado o valor do analista do comportamento (a sobrevivência cultural) e, de outro, valores que eles consideram “secundários” na ética skinneriana. Embora secundários, provavelmente também contribuam com a sobrevivência da cultura, pois estão diretamente ligados à qualidade de vida de seus membros. São alguns deles: a felicidade, a saúde, a segurança, a produtividade, a educação, a criatividade, a experimentação, o amor, a cooperação, o apoio mútuo e, ainda, a preservação do meio ambiente. Segundo esses autores, os analistas do comportamento devem certificar-se de que o valor ético fundamental seja promovido por meio desses valores secundários defendidos pela comunidade.

Analistas do comportamento podem, então, utilizar-se do planejamento cultural para promover a sobrevivência da cultura, visto que o planejamento foi amplamente recomendado por Skinner (1953/2000, 1971/1977). O planejamento requer manipulação de partes de uma cultura, implantação arbitrária de novas práticas e pode envolver práticas aversivas a seus membros, pelo menos em curto prazo. Na promoção de mudanças culturais, em alguns momentos, será necessário que os membros aprendam novas formas de se comportar (i.e., utilizar o reforço positivo com o objetivo de aumentar a probabilidade de que alguns comportamentos ocorram), mas, em outros momentos, faz-se necessário que os membros abandonem uma prática antiga por esta não ser mais pertinente com a atual realidade da cultura. Nesse segundo caso, visando ao enfraquecimento de determinado comportamento, podem ser utilizados procedimentos de punição, desde que estes respeitem completamente a dignidade humana e visem ao bem comum. A introdução de novas práticas favoráveis à cultura e ao grupo (e.g., o uso do cinto de segurança e a reciclagem do lixo) requer o abandono de práticas antigas, as quais devem ser substituídas. No início, quem não respeita a nova prática, pode ser multado (i.e., uso de punição). Todavia, esse uso de controle aversivo parece aceitável, pois é aplicado a todo o do grupo e não produz subprodutos emocionais indesejáveis.

Assim, outro aspecto a ser levantado, no que diz respeito ao planejamento cultural, recomendado por Skinner para promover mudança em práticas culturais, é o que, normalmente, implica em mudança de reforçadores. Se os reforçadores antigos não estarão mais disponíveis, contingentes a determinados comportamentos dos membros, isso pode implicar que não sejam mais agradáveis. Como o bem estar da cultura está acima do bem estar de minorias, a manutenção da cultura não pode estar vinculada à felicidade de apenas alguns de seus membros. Foi o que Skinner (1971/1977) chamou de valores conflituosos, o valor (i.e., benefício) para a cultura entra em conflito com valores pessoais dos membros. Nesses casos, mesmo sendo aversivas aos seus membros, o autor acreditou ser importante implementar aquelas mudanças culturais que beneficiam a todos.

Skinner (1953/2000) denominou *utopia* o planejamento cultural total (e não apenas a manipulação de partes da cultura). Todavia entendeu que o pensamento utópico não parece ser viável, quando se trata de controle de milhares de pessoas. O autor sugere que, para que se tenha sucesso no planejamento de práticas culturais, é importante um controle ético e social formal que deve ser delegado a especialistas (as agências de controle), com uso de reforços especializados. Entretanto isto não significa que esta posição skinneriana está

apoiada em uma noção de tecnocracia, na qual uma parte do grupo é subjugado à outra. Skinner (1953/2000) entende que esse problema é resolvido quando o controlador está sujeito às mesmas leis que os controlados. Como foi tratado anteriormente, controlador e controlado exercem ambos os papéis em sociedades democráticas.

Visando a sobrevivência cultural, o autor entendeu que uma cultura não deve priorizar e funcionar como uma “fonte de reforços genuínos para o indivíduo” (p. 133) e, sim, priorizar reforços que induzam seus membros a trabalhar para que aquela cultura sobreviva. E mais, ao priorizar a cultura e sua sobrevivência (ao invés da felicidade individual de seus membros), o autor admitiu o uso de técnicas aversivas devido à sua eficácia para garantir que as novas práticas fossem norteadas por valores que prezam o bem estar do grupo como um todo.

Entretanto a sobrevivência da cultura, para Abib (2001), deve nortear-se por dois valores de suma importância. Primeiramente ela não deve estar engajada apenas em interesses imediatos do controlador e do controlado. Deve engajar-se na defesa das pessoas do futuro. Ao se trabalhar em benefício cultural, não, necessariamente, vai-se usufruir do que se construir. Pode-se construir para que outras gerações usufruam dos benefícios conquistados. Em segundo lugar, valores que o autor chamou de “instrumentais” (i.e., conhecimento, habilidades, tolerância, cooperação, apoio, compaixão, justiça, paz, ordem, segurança, preservação do meio ambiente e abundância) devem orientar a escolha de práticas de sobrevivência da cultura, na visão skinneriana.

Skinner (1987) ainda destaca que, atualmente, os indivíduos do ocidente estão infelizes (no sentido de não estarem desfrutando de suas vidas), pois, com o planejamento de práticas culturais a fim de que pudesse se esquivar de consequências aversivas (e.g., fuga do trabalho), foram desgastadas certas relações entre o indivíduo e seu ambiente, que são de grande valia para sua qualidade de vida. Com tal esquiva, o indivíduo se priva de consequências fortalecedoras atrasadas e, assim, de acordo com o autor, perde sua inclinação para agir, particularmente, em relação ao futuro.

As consequências dessas práticas ocidentais podem ser desastrosas, pois uma cultura deve proporcionar aos seus membros determinados valores (e.g., criatividade) que podem não ser selecionados em uma cultura, na qual os membros fazem coisas porque são mandados a fazer e não pelas consequências de sua relação com o ambiente. Sendo assim, esta-se diante de pessoas infelizes e deficientes em habilidades extremamente importantes para que a cultura sobreviva (Skinner, 1987).

O QUE TORNA QUESTIONÁVEL O USO DO CONTROLE AVERSIVO PARA SKINNER

Em Skinner (1953/2000, 1971/1977, 1973/1975), encontra-se ampla argumentação desaprovando o uso do controle aversivo na forma de punição ou ameaça de punição. Provavelmente por esse motivo, de acordo com Mazzo e Gongora (2007), há uma predominância de estudos e debates entre analistas do comportamento que focam os prejuízos de seu uso e, só raramente, os possíveis efeitos desejáveis dos procedimentos aversivos são estudados ou debatidos. Entretanto, de acordo com as autoras, efeitos diretos e indiretos do controle aversivo, em determinadas situações, podem ser considerados efeitos comportamentais desejáveis. Em geral, Skinner questionou o uso do controle aversivo por causa de pelo menos três aspectos: (a) o fato desse uso acarretar subprodutos indesejáveis, (b) o fato de ser positivamente reforçador a quem pune e (c) o fato de um ambiente punitivo implicar em seus membros trabalharem a fim de fugir de punição ao invés de trabalharem em benefício da cultura.

A primeira restrição a ser questionada por Skinner (1953/2000), quanto a não utilização do controle aversivo, refere-se ao fato desses procedimentos acarretarem subprodutos indesejáveis, que podem interferir na aprendizagem comportamental. Mazzo e Gongora (2007) ressaltam que efeitos, considerados indesejáveis, geralmente decorrem do uso de estimulação aversiva severa. Sob essa condição, há uma grande possibilidade do indivíduo: (a) deixar de responder ao ambiente de modo generalizado, podendo apresentar-se paralisado (i.e., passivo); (b) alterar o curso normal do seu comportamento operante; e (c) apresentar desamparo aprendido⁴. Dessa forma, o uso do controle aversivo com estimulação aversiva severa pode trazer grandes desvantagens ao controlado e à cultura em que vive.

Perone (2003), por sua vez, entende que, independente do tipo de contingência escolhida para controlar o comportamento humano, podem ocorrer subprodutos indesejáveis. Ou seja, assim como o uso de controle aversivo, o controle por contingências de reforço positivo também pode vir a ser prejudicial: “o controle aversivo, em si, não é necessariamente ruim; às vezes é bom. E, mais concretamente, a alternativa, o reforço positivo, não é necessariamente bom, às vezes é ruim” (Perone, 2003, p.13). Campos (2010) segue na mesma vertente, ressaltando que o uso do reforço positivo, mesmo não recebendo as mesmas advertências da comunidade científica que o uso do controle aversivo recebe, pode

⁴ Mazzo e Gongora (2007) conceituam o desamparo aprendido como um estado generalizado de abatimento do organismo em relação à estimulação ambiental.

acarretar efeitos indesejáveis extremamente prejudiciais à nossa sociedade, dependendo de certos usos que a autora especifica.

Mazzo e Gongora (2007) ressaltam que, além de não ser apropriado classificar qualquer procedimento aversivo como absolutamente maléfico ao ser humano, deve-se destacar o fato de que as reações emocionais e condicionamento de estímulos neutros não são efeitos exclusivos do uso de controle aversivo. Ao contrário, são frequentes (para não dizer básicos) no controle positivo do comportamento e, nesse caso, geralmente são considerados altamente desejáveis.

O controle aversivo do comportamento traz malefícios ao indivíduo na presença de variáveis específicas que devem ser consideradas. São exemplos delas: a intensidade da estimulação aversiva, a duração e frequência de contato do indivíduo com tal estimulação e a forma como ocorre a apresentação da estimulação. Estas variáveis são predominantes para considerar a estimulação aversiva e a punição como severas (Mazzo & Gongora, 2007; Mayer & Gongora, 2011).

Todavia, como será melhor especificado a seguir, os subprodutos do controle aversivo podem, em determinadas situações, contribuir para a aprendizagem de comportamentos eficazes. O que deveria ser levado em consideração na apresentação de uma estimulação aversiva (ou de procedimentos aversivos) seria que ela fosse: compatível com a capacidade do indivíduo em enfrentá-la, gradual, sem frequência e intensidade elevadas, eticamente aceitável, em situações em que não houvesse outra opção, etc.

O segundo argumento pelo qual Skinner é conhecido por ser contra o uso exclusivamente de punição, baseia-se no fato de que, frequentemente, o procedimento de punição é reforçador a quem pune. Com isso, sua utilização, em geral, não tem fins educativos ou para benefício cultural e sim para benefício pessoal. O que parece ser um problema quando se trata de grupos, pois o bem maior deve ser a sobrevivência da cultura seguido do bem comum, e não a felicidade ou benefício unicamente de uma minoria de membros. Skinner também desaprovou seu uso na forma de coerção, na qual o indivíduo é coagido a se comportar em conformidade com o interesse apenas dos outros.

A terceira justificativa skinneriana, para a não utilização do controle aversivo, refere-se ao fato de que a utilização de controle aversivo, especialmente da punição, pode gerar um ambiente punitivo, no qual os membros de uma cultura passam a engajar-se em fuga de punição ao invés de trabalhar para o benefício da sobrevivência daquela cultura.

Do exposto, verifica-se que Skinner (1953/2000) não classificou o que é aversivo em relação à sua topografia, mas classificou-o por sua função, como fez com o uso do controle aversivo pelas agências de controle. Assim, parece muito simplista classificar qualquer procedimento que utilize de controle aversivo como ruim ou desfavorável, por si só. Portanto os procedimentos comportamentais não poderiam ser considerados desaconselháveis por definição (Gongora, Mayer, & Mota, 2009).

A utilização desse tipo de controle para fins pessoais não é, em geral, recomendada por Skinner, mas, em contrapartida, há situações em que sua utilização pode ser recomendada por trazer benefícios ao indivíduo e à sua cultura. Perone (2003) parte dessa mesma premissa skinneriana e defende que, na escolha de procedimentos de intervenção, não se deveria focar na classificação de contingências como boas ou ruins, e sim na capacidade dos procedimentos escolhidos fomentarem comportamentos desejáveis ao controlado e à sociedade. Todavia deve ser esclarecido que não se trata aqui de o autor defender a possível utilização de controle aversivo severo, nem defender procedimentos que pudessem trazer quaisquer tipos de danos ou sofrimento que afetassem a integridade física ou moral do indivíduo.

CONDIÇÕES NAS QUAIS O USO DE PROCEDIMENTOS AVERSIVOS PELAS AGÊNCIAS DE CONTROLE É ACEITO OU RECOMENDADO POR SKINNER

QUANDO O COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO FOR AMEAÇADOR À SUA SOBREVIVÊNCIA

Assim como Skinner (1971/1977), Perone (2003) admitiu a necessidade do uso de controle aversivo quando seus membros correm riscos que sejam ameaçadores para sua sobrevivência. Como quando se tem que proteger pessoas que estão impossibilitadas de proteger a si mesmas (e.g., crianças e portadores de necessidades especiais). Entende-se que o uso de controle aversivo em populações que não estejam preparadas para outras formas de controle e que estão em perigo, por vezes, pode ser necessário. Em situações nas quais uma criança, por exemplo, irá atravessar uma rua sem verificar se está passando algum carro, o cuidador irá tentar restringir o comportamento inadequado pensando no benefício da criança. E, nesse caso, a restrição de comportamento pode ser realizada por contingências de punição.

QUANDO OBJETIVA A AQUISIÇÃO DE UM REPERTÓRIO (OU HABILIDADES) QUE FAVOREÇA A CULTURA

Quando Skinner ressalta, em seus textos, a importância das crianças e membros de uma cultura aprenderem a ajustar-se ao desagradável e doloroso, está levando em consideração o fato de que este ajuste tem como consequência habilidades que são importantes ao grupo. Para que um membro possa priorizar sua cultura, ao invés de si mesmo, deve ser capaz de ajustar-se ao desagradável, para que seja possível colocar o bem cultural acima do bem pessoal (Skinner 1972/1975). Mazzo e Gongora (2007) trataram o comportamento de enfrentar as situações da vida diária como “comportamento de enfrentamento”. Entenderam a importância desse comportamento na vida em sociedade e sugeriram que a aquisição desse comportamento depende, necessariamente, de algum contato com estimulação aversiva.

Para Skinner (1953/2000), na *psicoterapia* a necessidade do uso de controle aversivo está relacionada ao fato de ser importante um repertório que seja favorável à cultura, acreditando que o controle é inerente às relações sociais e importante para o bem cultural. Contudo não se quer sugerir que a psicoterapia deva ser uma agência que se contente com o *status quo*. Dietrich e Abib (2004) entendem que o psicólogo analista do comportamento deve

ser um agente político no sentido de defender tanto os interesses da ciência quanto dos indivíduos com os quais trabalha, visando defender o bem da cultura. Abib (2007) ainda acrescenta que a tarefa seria educar a sensibilidade: “criar e manter atividades que evitem os prazeres destrutivos e letais e promovam os prazeres compatíveis com a vida” (p. 69). O autor entende que deve haver a aquisição de autocontrole⁵ e formação de valores éticos. Papel este que pode ser desempenhado pela *psicoterapia*.

Outra justificativa importante parece ser o fato de que vivendo em uma cultura que priorize sua própria sobrevivência, situações aversivas acontecerão para que esta meta seja atingida. Perone (2003) concorda que práticas aversivas não são apenas inerentes às relações humanas, e mais, entende que “[...] a contingência punitiva é um produto indireto de determinado tipo de repertório de resolução de problemas único do ser humano” (p. 7). O autor refere-se à aprendizagem de comportamentos complexos julgados eficazes e que, para ele, envolve contato com estimulação aversiva⁶. Comportamentos complexos, que fazem parte de um repertório eficaz, devem sua aquisição à presença de certos subprodutos do controle aversivo. O comportamento de “esquiva ativa”, por exemplo, possibilita ao indivíduo a interação com diferentes contextos, garantindo respostas variadas. Essa variedade de respostas, apresentadas diante de uma situação aversiva, favorece o processo de resolução de problemas (útil para o indivíduo e para a comunidade em que ele vive). A própria resolução de problemas pressupõe contato com estimulação aversiva. A situação problema pode ser considerada uma estimulação aversiva, e sua resolução pode ser considerada uma resposta de esquiva, visto que tende a eliminar (i.e., resolver) o problema (Mazzo & Gongora, 2007).

Perone (2003) sugere que, além do uso de controle aversivo poder ser útil para a aquisição de comportamentos eficazes, procedimentos utilizados pela *psicoterapia* e pela *educação*, que poderiam ser definidos como aversivos, recebem outras denominações. Um exemplo é o *time-out*, amplamente recomendado e que pode ser considerado uma contingência de punição negativa e positiva (Jacovozzi, 2009).

⁵ Conforme mencionado anteriormente, a aquisição de autocontrole implica a tolerância a certas situações aversivas imediatas, geralmente seguidas por reforço positivo atrasado.

⁶ A rigor essa exposição à estimulação aversiva que se apresenta como um obstáculo a ser superado ou um problema a ser resolvido, não se definiria por uma contingência de punição. Portanto, aqui, Perone usa o termo “punição” como sinônimo de “estímulo aversivo”.

QUANDO OBJETIVA A AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DO COMPORTAMENTO ÉTICO

De acordo com Skinner (1953/2000, 1971/1977), no controle ético, o grupo define o que é “bom” e “mau” e reforça e pune o comportamento de seus membros de acordo com essa premissa. A classificação ética é informal e vem acompanhada de reforçadores condicionados e incondicionados (e.g., carinho, elogio, agradecimentos, gratificações, favores, ameaças, repreensões, censuras, críticas) para modelar comportamentos.

Como citado anteriormente, as agências responsáveis podem programar contingências como: fornecer pequenos avisos ou placas que podem vir a ser estímulos aversivos condicionados (e.g., um aviso de silêncio em um hospital, um relógio no trabalho demonstrando a hora de chegada, uma placa de velocidade permitida em uma estrada, etc.), que funcionam como um estímulo discriminativo, avisando ao indivíduo que, se ele se comportar de determinada forma, terá consequências desfavoráveis. E, nessas situações, acredita-se que os avisos parecem ser pertinentes com a vida em sociedade, segurança de seus membros e sobrevivência da cultura. Entende-se que medidas como essas citadas são pertinentes, uma vez que a teoria skinneriana entende o homem como um ser que aprende a se comportar por contingências públicas de reforço. As regras devem ser dadas e seguidas para o bom funcionamento da agência, da cultura e para o benefício de seus membros. Mazzo e Gongora (2007) consideram importante a aquisição do comportamento de seguir regras por possibilitar o seguimento de regras morais. Entendem que este comportamento pode ser considerado um comportamento de esquiva quando a contingência envolvida é aversiva. E, mesmo envolvendo contato com estimulação aversiva, é extremamente relevante para o convívio em grupo, podendo ser modelado por contingências apropriadas de modo a não produzir os subprodutos emocionais condenados por Skinner (1953/2000).

A punição é utilizada para controlar o comportamento desfavorável ao grupo por meio da retirada de reforçadores positivos ou pela apresentação de estimulação aversiva (i.e., os reforçadores negativos). Sendo assim, acredita-se ser difícil controlar eticamente membros de uma dada cultura sem qualquer uso de contingências aversivas, uma vez que a simples retirada de um reforçador positivo (e.g., qualquer tipo de privilégio) pode ser considerada uma contingência de punição negativa.

O condicionamento de estímulos neutros também parece útil quando visa à aquisição do comportamento ético ou moral, visto que a probabilidade do comportamento é diminuída apenas pela apresentação de estímulos aversivos condicionados. Assim, depois de

condicionado, o próprio sentimento do indivíduo pode se tornar um estímulo aversivo, resultando em um dos subprodutos que Skinner apontou do uso do controle aversivo: o apresentar comportamento incompatível com o operante que estava ocorrendo. Passar na frente de um mendigo pode, por si só, gerar sentimento de culpa e interferir no comportamento normal do indivíduo. Ao invés de o indivíduo apenas passar pelo mendigo, provavelmente, irá oferecer seu lanche para ele. Como Skinner (1953/2000) apontou, tanto os sentimentos (i.e., estados corporais), como os comportamentos em si podem, após condicionamento, vir a ser estímulos discriminativos fortes o suficiente para a resposta punível não ocorrer. Estas reações incompatíveis (i.e., reflexos) com o operante a ser reforçado e sentimentos são o principal ingrediente do que se denomina culpa, vergonha, ou sentimento de pecado. São esses sentimentos que podem impedir o indivíduo de agir apenas para benefício próprio. Não se rouba quando se vive uma história de controle ético na qual, ao roubar, o indivíduo sinta-se culpado ou envergonhado. Em resumo, os sentimentos, por meio do condicionamento de estímulos neutros, podem funcionar como estímulos discriminativos e estímulos aversivos condicionados e, assim, entrar no controle comportamental. Isso não significa dizer que eventos privados são causas dos comportamentos, mas sim que eles podem entrar em relação funcional com outros eventos de uma cadeia comportamental, podendo controlar comportamentos dentro dessa cadeia. Mas isto desde que em conexão com outros eventos públicos, reforçadores (Gongora & Abib, 2001).

Assim, sugere-se que não há como controlar eticamente um grupo sem qualquer utilização de controle aversivo, visto que parece inviável apenas reforçar o comportamento adequado e deixar comportamentos inadequados, prejudiciais à cultura, ao grupo ou ao próprio indivíduo, sem nenhuma consequência. Todavia isto está longe de ser uma defesa da utilização indiscriminada do controle aversivo e muito menos de se minimizar a importância e eficácia do controle positivo do comportamento no campo ético. Além do mais, no controle ético, o próprio uso de controle aversivo deve submeter-se aos valores culturais que implicam em prezar a sobrevivência cultural e o bem estar dos membros em que nela vivem.

PARA A AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DO REPERTÓRIO DE AUTOCONTROLE

Ainda focando no benefício da comunidade em longo prazo, Skinner (1953/2000) sugere que os membros deveriam ter repertório de autocontrole visto que: (a) as práticas podem ser planejadas com caráter educativo, como nos casos em que uma agência de controle prepara o indivíduo a ter mais tolerância à frustração ou ajustar-se ao incômodo; (b) parece ser útil quando o indivíduo está engajado em comportamentos que são perigosos a ele mesmo ou aos demais ou apresentar em seu repertório subprodutos indesejáveis do uso do reforço positivo (i.e., a manutenção de comportamentos inadequados), como, por exemplo, a manutenção de comportamentos agressivos; e (c) com ele não é necessária a presença física de um controlador que descreva, a todo momento, como o indivíduo deve se comportar.

A justificativa de Skinner (1953/2000) para a aquisição de um repertório de autocontrole se baseia no fato de que o grupo ético e as agências de controle não podem simplesmente estabelecer formas “boas” do comportamento. Devem também estabelecer processos de autocontrole que habilitarão o indivíduo a chegar ao comportamento esperado, mesmo na ausência das agências. Novamente, encontra-se aqui uma recomendação skinneriana que pode envolver práticas aversivas. Como apresentado na seção dos resultados, até mesmo o programar um despertador pode ser considerada uma contingência de reforço negativo. Mazzo e Gongora (2007) apontam o comportamento de autocontrole como sendo produzido pela competição entre contingências de reforço e de punição. Skinner (1953/2000) exemplifica uma situação de autocontrole, citando o caso de um indivíduo ingerir bebida alcoólica. O efeito imediato da ingestão traz bem estar e desinibição, por exemplo. Todavia, em longo prazo, pode produzir efeitos que inibam o comportamento (e.g., dores de cabeça, desaprovação da família, etc.). Nesse caso, a aquisição de um repertório de autocontrole envolveria, necessariamente, o uso de controle aversivo, pois implicaria suportar o desconforto atual de não beber para evitar a punição futura caso bebesse.

QUANDO OBJETIVA A CONSTRUÇÃO DE DISPOSIÇÕES EMOCIONAIS FAVORÁVEIS À CULTURA

Outra recomendação feita por Skinner (1953/2000), em relação ao bem cultural, refere-se ao fato de que é preciso que a cultura convença seus membros a trabalhar em favor dela. Se a visão skinneriana é contra a ideia de que os indivíduos já nascem

dispostos, emocionalmente, a trabalhar por sua cultura, parece implícito que fica a cargo das agências criar procedimentos que facilitem ou induzam tal disposição.

A explicação se baseia no fato de que, ao modificar contingências, tem-se a possibilidade de alterar sentimentos e não o contrário. As agências deveriam propiciar que determinados comportamentos ocorressem ou não (de acordo com o que julgam ser mais favorável a ela), arranjando um ambiente para tanto. Skinner (1953/2000) descreve que para que um governo aumente o sentimento de segurança de seus governados e, conseqüentemente, tenha apoio deles, ele deve arranjar um ambiente no qual: “[...] muitas conseqüências aversivas comuns não ocorram, no qual as conseqüências positivas sejam facilmente alcançadas e no qual os estados de privação extremos sejam evitados. Esse governo naturalmente reforça o comportamento de apoiá-lo” (p. 381).

Skinner (1971/1977) entende que não parece haver uma razão especial para que os membros se preocupem com sua cultura, a qual deve convencê-los a fazer isso. Para tanto, parece necessário colocar seus membros sob controle de contingências mais remotas. Isso pode ser feito por meio de regras ou leis.

Sendo assim, certos sentimentos que os controlados apresentam em relação às agências de controle da sua cultura, como “anomia, amoralidade, anedonia, falta de raízes, vazio, falta de esperanças, falta de algo em que acreditar, de algo a que se dedicar” (Skinner, 1971/1977, p. 91), nada mais são do que sentimentos produzidos por contingências do ambiente em que vivem e dispostos pelas próprias agências. O motivo para que controlados se comportem dessa forma, muitas vezes, referidos como “falta de valores”, pode ser explicado pela falta de reforçadores eficazes, planejados, que induzam as pessoas a se observarem e a seguirem regras. O que deve ser mudado, então, são as contingências públicas de reforço, pois são elas as responsáveis tanto pelo comportamento aberto quanto pelos sentimentos inadequados.

Percebe-se que, ao tratar do controle do comportamento humano, na maioria das vezes, Skinner (1953/2000, 1971/1977) parece recomendar a utilização de reforço positivo ao mostrar vantagens, em longo prazo, de se dispor de reforçadores condicionados como o elogio, por exemplo. Isto se deve ao fato de que o objetivo seria aumentar a probabilidade de que comportamentos julgados necessários acontecessem futuramente.

Os procedimentos de reforço negativo parecem ser, em alguns momentos, recomendados para a construção de disposições emocionais que visam à sobrevivência da cultura. Os indivíduos podem ser condicionados a, na presença de água (estímulo antes

neutro, agora condicionado por propagandas na televisão), apresentar sentimentos negativos (i.e., se sentir mal por demorar no banho), fazendo com que seu banho dure menos e, assim, a água seja melhor utilizada. Outra vantagem seria o fato de que, em determinadas situações, o estímulo aversivo condicionado funcionaria como estímulo discriminativo, para o indivíduo se esquivar de situações em que estivesse em risco a sobrevivência de sua cultura.

O condicionamento de estímulos neutros a estímulos aversivos condicionados também pode ser considerado um processo útil, dependendo da situação em que for utilizado (e.g., *setting* clínico). Um cliente que não apresenta comportamento moral deve ser incentivado a fazê-lo. Para tanto, faz-se necessário construir um repertório de culpa, por exemplo, descrevendo situações críticas, para que o indivíduo seja empático com as pessoas que estão ao seu redor e com a cultura em que vive. Isso implica em, assim como acontece nos códigos, demonstrar que determinado comportamento não é aceitável em tal situação.

Entende-se, como mencionado anteriormente, que a utilização de contingências aversivas não pode ser caracterizada como boa ou ruim, sem se olhar para a relação de contingência em que está sendo utilizada. Tornar um comportamento mais provável, por eliciar um sentimento de culpa, e fazer o bem ao próximo (beneficiando a cultura), não parece problemático. O que parece definir o que é bom ou mau, em última instância, é o que é melhor para a cultura e para o grupo como um todo. As agências, visando ao benefício cultural e dos membros em geral, reforçam negativamente o comportamento de um indivíduo de não usar drogas, quando fazem propagandas que associam o uso de drogas à morte, abandono de família, entre outros. As imagens podem gerar reações emocionais que, elas próprias, fazem o indivíduo se esquivar. Sendo a preocupação da agência a sobrevivência de seus membros, acredita-se que esse tipo de propaganda possa ser justificável.

ALGUMAS QUESTÕES PARTICULARES À PUNIÇÃO

Gongora, Mayer e Mota (2009) afirmam que a técnica de punição não é bem vista pelos pesquisadores e pelo senso comum pelo fato do termo ter origem popular, carregando, por isso, conotações de dor, sofrimento, vingança e desconforto. Entre os analistas do comportamento, estudos sobre punição não são encorajados e, de acordo com esses autores, mesmo as teses de Skinner (1953/2000) a respeito desse tipo de controle, não tiveram grandes alterações ao longo do tempo. Os autores defendem que deve haver uma distinção dos procedimentos de punição criticados por Skinner de procedimentos que envolvem, inevitavelmente, contingências aversivas. As críticas de Skinner se basearam nas técnicas utilizadas por diferentes agentes sociais de forma humilhante, com a finalidade de dominar os outros em benefício próprio (Mayer & Gongora, 2011)

Ao propor-se a analisar os efeitos da técnica de punir, Skinner (1953/2000) fez a seguinte pergunta: “assim, qual é o efeito da retirada de um reforçador positivo ou da apresentação de um negativo?”. Acredita-se que, com essa pergunta, ele procurava entender os efeitos da punição negativa (i.e., retirada de um reforçador positivo contingente a uma dada resposta) e da punição positiva (i.e., apresentação de um reforçador negativo). Ele procurou estudá-las, provavelmente, não só para encontrar outras alternativas de controle comportamental e, assim, diminuir a frequência de seu uso, mas, também, para entender aquelas situações nas quais elas seriam inevitáveis. Na *educação* e na *economia*, por exemplo, ele demonstra os ganhos de se utilizar reforço positivo (i.e., elogios, bonificações, etc.), mas, quando a pessoa, por qualquer motivo, deixa de se comportar da forma desejada, comportando-se de outra forma indesejável, ele demonstra que a tendência é que estes estímulos reforçadores positivos sejam retirados, o que constitui uma contingência de punição negativa. De acordo com Skinner (1972/1975), as contingências de punição, em geral, objetivam eliminar comportamentos considerados inadequados, ameaçadores ou indesejáveis de um repertório, e induzir alguém a não se comportar de uma dada maneira. Quando comportamentos precisam ser eliminados, como fazê-lo sem o uso de punição? A resposta provavelmente seria reforçar comportamentos alternativos, mas e quando não há tempo? E quando a vida ou a saúde de um indivíduo ou a sobrevivência de sua cultura dependem disso?

Jacovozzi (2009) demonstrou que a punição negativa também é recomendada na literatura de orientação de pais, mesmo a punição positiva sendo pouco recomendada. A justificativa de sua recomendação se deve ao fato de que a punição negativa

enfraquece comportamentos e não tem demonstrado subprodutos indesejáveis, tal como a punição positiva. Autores como Mulick (1990) e Ntitas (2007) também entendem que a punição pode ser favorável em casos específicos, nos quais o indivíduo está em risco ou quando as variáveis determinantes do comportamento que está prejudicando o indivíduo são de difícil identificação.

Acredita-se que procedimentos de punição têm como objetivo desencorajar certos comportamentos e, tratando-se de certos bens como sobrevivência da cultura ou saúde, por exemplo, alguns comportamentos precisam ser desencorajados. Alguma punição mínima acaba por estar presente quando se trata de impedir que o indivíduo se comporte de uma determinada forma; particularmente quando o sofrimento posterior será muito maior do que tolerar, no presente, alguma estimulação aversiva mínima.

Procedimentos de punição positiva também foram descritos por Skinner (1953/2000) como sendo muito utilizados pelas agências. Mesmo o autor afirmando que atualmente são utilizadas formas mais veladas de controle (não é mais bem vista a utilização de punições físicas, por exemplo), as agências normalmente programam a apresentação de estimulação aversiva contingente a determinado comportamento do indivíduo, como: pena de morte, intimação (*governo*), conversar com o patrão, advertência (*economia*), ir até ir à diretoria, ou fazer exames (*educação*). Como mencionado anteriormente, Skinner mostrou sua maior preocupação com a exposição à estimulação aversiva ao tratar da punição positiva. Assim, embora alguns dos exemplos acima possam ser aceitáveis para o bem comum, concorda-se aqui com o autor de que eles são no mínimo discutíveis.

Verificou-se que Skinner, em determinados momentos, sugere e/ou concorda com o uso do controle aversivo pelas agências de controle por ser viável à cultura (como no caso do controle ético ou até mesmo no caso das agências construírem disposições emocionais favoráveis à cultura). Nesses casos, parece que ele aceita a necessidade de sua utilização, mas até que práticas mais adequadas sejam encontradas.

Como Skinner (1953/2000), outros autores analistas do comportamento (Catania, 1999; Himeline, 1984; Horner, 1990; Perone, 2003), trataram o controle aversivo como inerente às relações humanas e à relação do homem com a natureza. E mais, o pensamento de Skinner parece concordar com o de Himeline (1984) e Michael (1975), quando se trata da aprendizagem de comportamentos eficazes, visto que concordou que, em determinadas circunstâncias particulares, o controle aversivo pode favorecer a promoção desses comportamentos.

Contudo isso não muda o fato de o autor ter sido favorável ao uso de reforço positivo como procedimento de sua escolha e buscar práticas alternativas para diminuir a exposição e a utilização das contingências aversivas. Todavia a busca de práticas alternativas não se deve ao fato de que o controle aversivo é absolutamente ruim, e sim porque sua vasta utilização normalmente não se baseia em seu benefício à cultura e sim ao fato de ser positivamente reforçador a quem pune, por trazer-lhe importantes benefícios pessoais. Além disso, Skinner atribui, em parte, o extenso uso do controle aversivo (mesmo quando ele não é eficaz ou é prejudicial) à ignorância de outros métodos alternativos, fundados no reforço positivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se realizar esta pesquisa o que se encontrou não foi um crítico veemente ao uso do controle aversivo, muito menos um defensor de seu uso, mas um pesquisador preocupado com o futuro da humanidade. Em 1953, estava preocupado com determinadas questões que, até pouco tempo atrás, não eram valorizadas. Nessa época não era considerado errado tomar um banho demorado, não se preocupar com o lixo, ou com certos tipos de automóveis. O resultado deste trabalho foi o encontro com um autor realmente preocupado com o futuro da humanidade, de forma geral.

Skinner (1953/2000) explicou o comportamento humano por meio de contingências ambientais seletivas, entre as quais destacou o ambiente constituído pela cultura: “é mais eficaz mudar a cultura do que o indivíduo, pois qualquer efeito sobre o indivíduo como tal se perderá com sua morte. Como as culturas sobrevivem por períodos muito maiores, qualquer efeito sobre elas será mais reforçador.” (p. 487).

O controle, para Skinner (1953/2000), poderia ser melhor aplicado se fosse diversificado. A diversificação seria a distribuição do poder de controlar pelas muitas agências de uma cultura, partindo do pressuposto de que, por não terem muitas coisas em comum, dificilmente se uniriam contra os controlados. A vantagem seria a possibilidade de uma experimentação mais segura. Para o autor, a distribuição do saber científico permite diminuir a probabilidade de que ele seja monopolizado para fins pessoais.

Skinner (1971/1977) acredita que o ideal seja tornar o mundo menos punitivo e ensinar às pessoas como evitar punições, utilizando-se de planejamento cultural, dando regras a serem seguidas, entre outras medidas. Uma sugestão do autor seria traçar um mundo, projetar ambientes em que não ocorressem comportamentos puníveis. E foi isso que o autor tentou demonstrar quando escreveu *Walden II*.

Propôs, nesse livro, que a dificuldade do ser humano em conseguir postergar o reforço poderia ser, de certa forma, superada se se preenchesse a lacuna temporal entre ação e consequências remotas, com reforços condicionados que alterassem o comportamento do indivíduo em direção ao benefício cultural. Para tornar os estímulos condicionados mais eficientes, propôs mostrar aos indivíduos as consequências naturais que teriam.

Nessas “propostas” de Skinner em relação ao controle do comportamento humano, assim como em outros trechos de sua obra, encontra-se uma visão do autor de que é impossível a vida sem nenhum tipo de controle aversivo. Mesmo porque viver em uma

cultura que prioriza sua própria sobrevivência implica supor que situações aversivas irão ocorrer para que essa meta seja atingida. Mas a luta do autor, para a utilização do uso do controle aversivo apenas para fins nobres, e para que, sempre que possível, a escolha seja por procedimentos positivos, não deve ser negligenciada.

REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14(1), p. 107-117.
- Abib, J. A. D. (2007). **Comportamento e sensibilidade – vida, prazer e ética**. Santo André, SP: ESETec editores associados.
- Campos, A. **Análise de efeitos indesejáveis do reforço positivo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.
- Catania, A. C. (1999). **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. Tradução de: D. G. Souza; et al., 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Crosbie, J. (1998). Negative reinforcement and punishment. In. K. A. Lattal, & M. Perone (Ed.), **Handbook of Research Methods in Human Operant Behavior** (pp. 163-189). New York: Plenum.
- Dittrich, A. **Behaviorismo radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social**. 2004. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004
- Dietrich, A., & Abib, J. A. D. (2004). O sistema ético skinneriano e consequências para a prática dos analistas do comportamento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17(3), p. 427-433.
- Gongora, M. A. N., & Abib, J. A. D. (2001). Questões referentes à causalidade e eventos privados no Behaviorismo Radical. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v.3, p.9-24.
- Gongora, M. A. N., Mayer, P. C. M., & Mota, C. M. S. (2009). Construção terminológica e conceitual do controle aversivo: período Thorndike-Skinner e algumas divergências remanescentes. **Temas em psicologia**, v.17(1), p. 209-224.
- Griffin, J. C., Paisey, T. J., Stark, M. T., & Emerson, J. H. (1988). B. F. Skinner's position on aversive treatment. **American Journal on Mental Retardation**, n. 93(1), p. 104-105.
- Hineline, P. N. (1984). Aversive control: a separate domain? **Journal of Experimental Analysis of Behavior**, n. 3(1), 495-509.
- Honer, R. (1990). Ideology, technology, and a typical community setting: use of severe aversive stimuli. **American Journal on Mental Retardation**, n. 95(2), p. 166-168.
- Iwata, B. A. (1988). The development and adoption of controversial default technologies. **The Behavior Analyst**, n. 11, p. 149-157.
- Jacovoizzi, F. M. **Procedimentos aversivos: divergências entre as recomendações de Skinner e de Sidman de psicoterapeutas infantis**. 2009. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

Lerman, D. C., & Vorndran, C. N. (2002). On the status of knowledge for using punishment: implications for treating behavior disorders. **Journal of Applied Behavior Analysis**, n. 35(4), p 341-464.

Mayer, P. C. M.. **Duas definições comportamentais de punição: história, conceitos e implicações**. 2009. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

Mayer, P. C. M., & Gongora, M. A. N. (2011). Duas formulações comportamentais de punição: definição, explicação e algumas implicações. **Acta Comportamentalia**, n. 19, p. 47-63.

Mazzo, I. M., & Gongora, M. A. N. (2007). Controle aversivo do comportamento: das definições operacionais aos subprodutos indesejáveis e desejáveis. In. W. C. M. P. da Silva (Org.), **Sobre comportamento e cognição: reflexões teórico-conceituais e implicação para a pesquisa**. v. 20. Santo André: Esetec.

Michael, J. (1975). Positive and negative reinforcement a distinction that is no longer necessary: or a better way to talk about bad things. **Behaviorism**, v. 3, p. 33-44.

Millenson, J, R. (1975). **Princípios da análise do comportamento**. Tradução de: A.A. Souza & D. Rezende. Brasília: Coordenada (Originalmente publicado em 1967).

Mullik J. A. (1990). The ideology and science of punishment in mental retardation. **American Journal on Mental Retardation**, n. 2, p. 142-156.

Ntinas K. M. (2007). Behavior modification and the principle of normalization: Clash or synthesis? **Behavioral Interventions**, n. 22, p. 165-177.

Perone, M. (2003). Negative effects of positive reinforcement. **The Behavior Analyst**, n. 1, p. 1-14.

Sidman, M. (2005). **Coerção e suas implicações**. Tradução de: M. A. Andery, & T. M. Serio, Editora Livro Pleno. (Obra original publicada em 1989).

Skinner, B. F. (1977). **Walden II**. Tradução de: R. Moreno, & N. R. Saraiva, São Paulo: EPU. (Obra original publicada em 1948).

Skinner, B. F. (2000). **Ciência e comportamento humano**. Tradução de: J. C. Todorov, & R. Azzi, São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1953).

Skinner, B. F. (1977). **Mito da liberdade**. Tradução de: L. Goulart, & M. L. F. Goulart, Rio de Janeiro: Bloch. (Obra original publicada em 1971).

Skinner, B. F. (1975). **Tecnologia do ensino**. Tradução de: R. Azzi, São Paulo: E. P. U/Edusp. (Obra original publicada em 1974).

Skinner, B. F. (1974). **About behaviorism**. New York: Vintage Books.

Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. **Science**, n. 213(4507), p. 501-504.

Skinner, B. F. (1987). What is Wrong with daily life in the Western World? In: B. F. Skinner, B. F. **Upon Further Reflection**. (pp. 15-31). Englewood Clifs (NJ): Prentice Hall.

Todorov, J. C. (2001). Quem tem medo de punição? **Revista de Terapia Comportamental e Cognitiva**, n. 1(1), p. 37-40.

ANEXO

ANEXO A

Entrevista Dada por B. F. Skinner (1988)

“O uso de punição tem sido largamente debatido, especialmente em conexão com a educação e a terapia. Eu sou frequentemente visto como opositor a todas as formas de punição, e eu gostaria de fazer a seguinte correção. *Punição é usualmente utilizada para a vantagem do punidor, mas há exceções, e às vezes elas são justificáveis.* Algumas crianças autistas, por exemplo, machucarão seriamente a si mesmas ou se engajarão em outro comportamento excessivo ao menos que sejam drogadas ou restringidas, e outro tratamento é então virtualmente impossível. Se estimulação aversiva breve e não perigosa feita precisamente contingente ao comportamento autodestrutivo ou outro comportamento excessivo, suprime o comportamento e deixa a criança livre para desenvolver-se de outras maneiras, eu acredito que seja justificado. Quanto tomado fora de seu contexto, tal estimulação parece ser desumana, mas ela não pode ser distinguida daquela estimulação muito mais dolorosa às vezes requerida no dentista e em várias outras práticas médicas. Permanecer satisfeito com punição sem explorar alternativas não punitivas é realmente um erro.

Com exceção do acasalamento e do cuidado com os jovens, o comportamento social dos animais é quase completamente punitivo. Território, e outras posses, são defendidas com força ou ameaça de força. Presumivelmente, isto também seja verdadeiro para a espécie humana, e aqueles que têm a força para ameaçar os demais ainda, frequentemente, o fazem. Há consequências não desejáveis; incluindo fuga e contra-ataque.

A alternativa é o reforço positivo. Comparado ao reforço negativo ou à punição, seus efeitos são atrasados e não são tão facilmente aprendidos. O atraso é tão crítico que outras espécies não usam reforço positivo (animais fazem várias coisas que reforçam o comportamento de outros, mas não porque seja uma consequência reforçadora).

Não há dúvidas dos ganhos de práticas que são únicas (e bem apropriadamente chamadas) humanas, mas isso é apenas o começo. Leis éticas, religiosas e governamentais são primariamente punitivas, especialmente quando designadas a restringir comportamento aversivo. As exceções que testificam a unidade do comportamento são raras. Por exemplo, nós estamos longe de abandonar o uso da força em relações internacionais ou em manter a ordem doméstica. *Pessoas vivendo próximas, o que inclui professores e alunos, terapeutas e clientes, raramente podem evitar todas as formas de punição.*

Eu acredito que não haja mais nenhum uso de punição corporal nas escolas e muito se ganhou com a supressão disso. *Sobre outras formas de punição, então, a questão remanescente é a severidade.* Uma punição muito severa por não cumprir uma tarefa estaria longe do uso adequado da punição por trazer uma arma ou uma faca para dentro da sala de aula. Eu tenho orgulho do sucesso que temos tido em encontrar tantas alternativas à punição e eu esqueço que essa controvérsia parece renovar a visão de que o behaviorismo significa punição. Essa é, eu espero, a única esperança para eventual eliminação do controle punitivo em todos os campos.” (Skinner apud Griffin et al., 1988).

APÊNDICES

APÊNDICE A

Referências de Textos de Skinner Referentes ao Controle Aversivo

Skinner, B. F. (1948). **Walden II**. New York: The Macmillan Company.

Skinner, B. F. (1953). Aversion, avoidance, anxiety. In **Science and Human Behavior** (pp. 171-182). New York: McMillan.

Skinner, B. F. (1953). Punishment. In **Science and Human Behavior**. New York: McMillan.

Skinner, B. F. (1971). Alternatives to punishment. In **Beyond Freedom and Dignity** (pp. 83-100). New York: Hackett Publishing Company.

Skinner, B. F. (1971). Punishment. In **Beyond Freedom and Dignity** (pp. 60-82). New York: Hackett Publishing Company.

Skinner, B. F. (1972). Why teachers fails. In **Technology of Teaching** (pp. 93-113). New York: Appleton-Century-Crofts.

APÊNDICE B

Referências de Textos de Skinner Referentes às Agências de Controle

- Skinner, B. F. (1953). Culture and control. In **Science and Human Behavior** (pp. 415-426). New York: McMillan.
- Skinner, B. F. (1953). Designing a culture. In **Science and Human Behavior** (pp. 426-437). New York: McMillan.
- Skinner, B. F. (1953). Economic Control. In **Science and Human Behavior** (pp. 384-401). New York: McMillan.
- Skinner, B. F. (1953). Education. In **Science and Human Behavior** (pp. 402-415). New York: McMillan.
- Skinner, B. F. (1953). Government and law. In **Science and Human Behavior** (pp. 333-350). New York: McMillan.
- Skinner, B. F. (1953). Group control. In **Science and Human Behavior** (pp. 323-333). New York: McMillan.
- Skinner, B. F. (1953). Psychotherapy. In **Science and Human Behavior** (pp. 359-354). New York: McMillan.
- Skinner, B. F. (1953). Religion. In **Science and Human Behavior** (pp. 350-359). New York: McMillan.
- Skinner, B. F. (1953). The problem of Control. In **Science and Human Behavior** (pp. 437-450). New York: McMillan.
- Skinner, B. F. (1971). The design of a culture. In **Beyond Freedom and Dignity** (pp. 145-183). New York: Hackett Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1971). The evolution of a culture. In **Beyond Freedom and Dignity** (pp. 127-144). New York: Hackett Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1971). Values. In **Beyond Freedom and Dignity** (pp. 101-126). New York: Hackett Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1987). What is Wrong with daily life in the Western World? In: _____. **Upon Further Reflection**. Englewood Cliffs (New Jersey): Prentice Hall, p. 15-31.